

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE JORNALISMO – FAGED
CURSO DE JORNALISMO**

PEDRO ALMEIDA PRADO

**DIREITO À MORADIA *VERSUS* DIREITO À SEGURANÇA: UMA ANÁLISE DA
COBERTURA DO JORNAL EXTRA ACERCA DOS CRIMES REALIZADOS EM
CONDOMÍNIOS DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA NO ANO DE 2018**

UBERLÂNDIA

2021

PEDRO ALMEIDA PRADO

**DIREITO À MORADIA *VERSUS* DIREITO À SEGURANÇA: UMA ANÁLISE DA
COBERTURA DO JORNAL EXTRA ACERCA DOS CRIMES REALIZADOS EM
CONDOMÍNIOS DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA NO ANO DE 2018**

Monografia apresentada à Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para a obtenção do título de bacharel em Jornalismo, da Universidade Federal de Uberlândia.

Orientação: Prof.^a Dr.^a Adriana Omena dos Santos

UBERLÂNDIA

2021

PEDRO ALMEIDA PRADO

**DIREITO À MORADIA *VERSUS* DIREITO À SEGURANÇA: UMA ANÁLISE DA
COBERTURA DO JORNAL EXTRA ACERCA DOS CRIMES REALIZADOS EM
CONDOMÍNIOS DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA NO ANO DE 2018**

Monografia aprovada pela Faculdade de
Educação da Universidade Federal de
Uberlândia como requisito parcial para a
obtenção do título de bacharel em Jornalismo.

Uberlândia, 05 de novembro de 2021

Prof^ª. Dr^ª. Adriana Omena dos Santos — UFU
Orientadora

Prof^ª. Dr^ª. Ivanise Hilbig de Andrade — UFBA
Examinadora

Prof. Dr. Marcelo Marques Araújo — UFU
Examinador

AGRADECIMENTOS

A todos os professores do curso de Jornalismo da Universidade Federal de Uberlândia, pela contribuição em minha jornada e descoberta acadêmica. Em especial, à minha orientadora, Adriana, pela confiança, atenção e paciência neste projeto. Obrigado por exigir de mim mais do que imaginava ser capaz de fazer.

Aos meus amigos, tanto da universidade quanto da vida, pelo incentivo, otimismo e cumplicidade nesta etapa tão desafiadora. Em vocês encontrei o companheirismo para me manter forte.

Por fim, à minha mãe, Lúcia, e meu irmão, Arthur, pelo apoio, força e amor incondicional em toda minha graduação. E, calorosamente, aos dois pais que a vida me deu, Cleuton (*in memoriam*) e Carlos (*in memoriam*), que em algum lugar devem estar vibrando por esta vitória. Obrigado por terem me ensinado o verdadeiro valor da educação.

PRADO, P. A. **Direito à moradia *versus* direito à segurança: Uma análise da cobertura do Jornal Extra acerca dos crimes realizados em condomínios do programa Minha Casa Minha Vida no ano de 2018.** 2021. 62p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Jornalismo) — Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2021.

RESUMO

Trabalho de conclusão do curso de Jornalismo da Universidade Federal de Uberlândia que, por meio de interfaces com os estudos das Geografias da Comunicação e das Políticas Públicas na Mídia, realiza uma análise das matérias publicadas em 2018 pelo Jornal Extra acerca de crimes violentos ocorridos em empreendimentos do programa federal Minha Casa Minha Vida. A partir da metodologia de Análise de Conteúdo, foi produzido um levantamento documental e descritivo destas notícias, no sentido de investigar e problematizar a relação criminalidade-localidade empregada na cobertura destes casos. Os resultados apontam acerca da necessidade de problematização da temática nas reportagens analisadas e busca refletir sobre as contribuições do jornalismo proporcionadas para a denúncia da criminalidade, violência e segregação urbana em regiões periféricas.

Palavras-chave: Geografias da Comunicação. Políticas Públicas. Criminalidade. Minha Casa, Minha Vida.

ABSTRACT

Final paper for the Journalism undergraduate course of the Federal University of Uberlândia, that, interacting with the studies of Geographies of Communication and Public Policies in the Media, analyzes the articles published in 2018 by Jornal Extra about violent crimes that occurred in the federal program Minha Casa Minha Vida complexes. Based on the Content Analysis methodology, a documentary and descriptive survey of these news was produced, in order to investigate and problematize the crime-locality relationship used in the coverage of these cases. The results point out to the problematize needing of the theme in the analyzed reports and seeks to reflect journalism's contributions to crime, violence and urban segregation denunciations in peripheral regions.

Keywords: Communication Geographies. Public Policies. Crime. Minha Casa, Minha Vida.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 — Gráfico das estruturas textuais das matérias do Jornal Extra.....	38
Figura 02 — Gráfico dos crimes cobertos nas matérias do Jornal Extra.	39
Figura 03 — Gráfico dos critérios de noticiabilidade das matérias do Jornal Extra.....	40
Figura 04 — Gráfico da região geográfica dos crimes nas matérias do Jornal Extra.	41
Figura 05 — Captura de tela da matéria “Traficantes invadem condomínio do 'Minha casa, minha vida' na Zona Norte do Rio”.....	43
Figura 06 — Captura de tela da matéria “Polícia investiga se tráfico pediu imóveis do ‘Minha casa, minha vida’ para acabar com invasão”.....	44
Figura 07 — Captura de tela da matéria “Milícia expulsa moradores e distribui imóveis para comparsas na Zona Oeste do Rio”.	45
Figura 08 — Captura de tela da matéria “Operação mira milícia que age em condomínios do 'Minha Casa Minha Vida', em Nova Iguaçu”.....	46
Figura 09 — Captura de tela da matéria “Tráfico treinava roubos de carro em conjunto do ‘Minha casa, minha vida’ de Belford Roxo”.....	47
Figura 10 — Captura de tela da matéria “Vizinhos fazem homenagem a jovens mortos em chacina em Maricá”.....	48
Figura 11 — Captura de tela da matéria “Traficante que foi solto por engano, ano passado, morre em confronto com a polícia”.....	50
Figura 12 — Captura de tela da matéria “A mando do tráfico, moradores de favela derrubam muro e portão de conjunto do ‘Minha casa, minha vida’”.....	51
Figura 13 — Captura de tela da matéria “Cinco jovens são mortos em condomínio do 'Minha Casa, Minha Vida' em Maricá”.	52
Figura 14 — Captura de tela de trecho da matéria “Milícia expulsa moradores e distribui imóveis para comparsas na Zona Oeste do Rio”.....	53

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	8
2	DAS POLÍTICAS PÚBLICAS AO DIREITO À CIDADE	11
3	AS NOTÍCIAS NAS GEOGRAFIAS DA COMUNICAÇÃO	21
4	PERCURSO METODOLÓGICO.....	31
4.1	Do objeto.....	31
4.2	Do referencial metodológico	32
4.3	Da análise.....	33
<i>4.3.1</i>	<i>Tipo de pesquisa</i>	<i>33</i>
<i>4.3.2</i>	<i>Objeto de análise</i>	<i>34</i>
<i>4.3.3</i>	<i>Corpus.....</i>	<i>35</i>
<i>4.3.4</i>	<i>Categorias de análise</i>	<i>36</i>
5	CASA DA VIOLÊNCIA.....	37
5.1	Análise quantitativa do corpus da pesquisa	37
5.2	Reflexos sociais da cobertura criminal	41
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	55
	REFERÊNCIAS.....	57
	APÊNDICE A.....	60

1 INTRODUÇÃO

Com a expansão das cidades e o surgimento de grandes regiões metropolitanas, a geografia urbana deixou de se limitar aos estudos de história, características e processo de desenvolvimento das mesmas e passou a fazer interfaces com outras áreas do conhecimento no sentido de contribuir no que hoje é chamado de Direito à Cidade. Ao lado de campos como a Arquitetura, o Planejamento Urbano, a Demografia, a Cartografia, dentre outros, reflexões sobre o acesso à saúde, saneamento básico, educação, trabalho e transporte foram intensificadas à medida que se compreendia a relevância de ligar a territorialidade com a garantia desses direitos.

Por outro lado, Souza (2016) aponta que os projetos de implementação de políticas públicas não acompanharam a tendência de incorporar o acesso ao solo urbano como um tópico relevante a se considerar na solução dos problemas que se identificavam, mesmo que as dificuldades de deslocamento intraurbanos fossem agravadas pelo crescimento das cidades, sobretudo, para famílias provenientes das camadas sociais de baixa renda (SOUZA, 2016, p. 23). Segundo o autor:

O que vem ocorrendo nos últimos anos é que boa parte da população, independente da sua condição social e do meio utilizado, tem encontrado cada vez mais limitações para se deslocar nas cidades brasileiras de grande e médio porte. Todavia, a mobilidade urbana é geralmente encarada como problema meramente técnico e de gestão, e não como resultado de um processo social e territorial que envolve fatores como o uso e a ocupação do solo, densidades, distribuição socioespacial, localização de investimentos públicos e privados, além de diversos conflitos de interesses. (SOUZA, 2016, p. 23).

A partir deste ponto, passamos a discernir uma cadeia de entraves aos direitos básicos à população associados à ausência de planejamento socioespacial, de maneira que a fundação de instituições e entidades assistencialistas estejam mal alinhadas ao seu propósito de acesso às políticas públicas. Indo além, essa deficiência não só esteve ligada à privação desses direitos, mas com a criação de novos problemas urbanos decorrentes da falta de elaboração de um plano efetivo, como o surgimento da miséria, falta de segurança, aumento da violência e outros fatores que reproduzem, amplificam e consolidam essas desigualdades sociais.

Homicídios, extorsões e tráfico de drogas são alguns dos exemplos de denúncias que estamparam as manchetes do Jornal Extra no ano de 2018, nada atípico vindo de um veículo que cobre a cidade do Rio de Janeiro, uma das regiões metropolitanas mais populosas e com as maiores taxas de letalidade policial do país (ANUÁRIO..., 2021). No entanto, o termo “Minha Casa Minha Vida”, fazendo referência ao programa governamental fundado em 2009 como uma política pública de promoção de habitações a baixo custo, dividiu espaço nestas notícias tanto

como local dos acontecimentos quanto alvo de alguns deles, significativa reincidência do que chamamos aqui de relação criminalidade-localidade¹ e que veio a se tornar o ponto de partida desta pesquisa.

Entendendo o programa como um provedor do acesso à habitação digna, um dos pilares dos direitos sociais, é incoerente aceitar que o proveito de uma garantia básica deva vir acompanhado da necessidade de ceder uma outra, neste caso, o direito à segurança. Fazendo conexões com os estudos das Geografias da Comunicação e das Políticas Públicas na Mídia, procurou-se investigar e aprofundar o papel que a mídia tem na abordagem pela qual direitos sociais, políticas públicas e programas governamentais são comunicados à população, compreendendo que carregam significados do contexto no qual são inseridos (neste caso, a criminalidade como um agravante nas notícias relacionadas ao Programa Minha Casa Minha Vida).

Este trabalho procurou responder se o Jornal Extra trouxe à luz a questão da relação entre os crimes noticiados e as localidades onde esses condomínios foram alocados — aqui mostrado que, em sua totalidade, localizam-se em regiões mais afastadas e periféricas —, além de identificar as diferentes configurações de comportamento que a mídia possui na cobertura da violência a depender da região urbana em que ela se encontra. Logo, a questão norteadora que a pesquisa pretendeu responder foi “qual a contribuição para as discussões da relação criminalidade-localidade no jornalismo foi proporcionada pela cobertura realizada no ano de 2018 pelo Jornal Extra acerca dos crimes ocorridos em empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida?”.

Para esta questão, foram analisadas matérias publicadas pelo jornal, durante todo o ano de 2018, que incluíam o termo “Minha Casa Minha Vida” no corpo do texto e que cobriram algum ato criminoso — por crime, entendemos por qualquer ato implícito previsto na legislação penal. Não existe crime sem uma lei anterior que o defina (RAMOS; PAIVA, 2007, p.153). Portanto, pela definição, para que um ato de violência se configure como crime, é necessário que esteja previsto pela legislação.

Este questionamento partiu da minha iniciação científica na área de Mídia e Políticas Públicas, realizada em 2019, na qual por um tempo me dediquei a buscar e analisar matérias jornalísticas publicadas no ano anterior e que cobriram temáticas relacionadas às políticas públicas em veículos de informação da região Sudeste. O propósito do trabalho foi de identificar

¹ O termo criminalidade-localidade foi cunhado originalmente pelo autor da presente pesquisa como forma de aplicar neste estudo a relação entre o fato noticiado e sua localidade, de forma a evidenciar que, durante todo o percurso do trabalho, foi levado em consideração o contexto geográfico no fazer jornalístico.

a frequência que a mídia regional pautava notícias sobre essas políticas e quais eram os sujeitos mais entrevistados, a população ou os órgãos governamentais. Contudo, dentre o escopo de matérias descartadas pela pesquisa — uma vez que não tratavam diretamente das políticas públicas analisadas, mas apenas as citavam —, um considerável volume era de casos parecidos publicados pelo Jornal Extra: matérias que relatam a ocorrência de crimes violentos dentro de condomínios do Programa Minha Casa Minha Vida.

Oportunamente, li algumas destas matérias e me encontrei na curiosidade de compreender sobre a pouca ou ausente problematização da relação criminalidade-localidade destes fatos, indagando, ainda, se havia alguma ligação desses crimes com as localidades que esses condomínios são alocados, e refletindo o papel da mídia jornalística nessa discussão para além apenas da cobertura do crime.

O trabalho assumiu a responsabilidade de sanar dois pontos de vista distintos. O primeiro, social, que procurava estabelecer um entendimento sobre as estruturas geográficas que pautam as notícias e em como elas são abordadas, ou seja, se a região urbana é um fator que interfere na produção e linguagem jornalística de determinado fato. O segundo, científico, buscava estudar o pensar e a prática jornalística na cobertura desta criminalidade, explorando suas causas e efeitos — aqui, em específico, se tratando do pacote habitacional do Minha Casa Minha Vida. Juntos, estes parâmetros contribuíram, não em uma nova leitura de como a mídia trata a criminalidade em âmbito geral ou em regiões periféricas, mas sim em como, no contexto da cidade e do recorte proposto, acaba funcionando como um exemplo bem mais claro da função detalhista que o jornalista deve se ter em seu trabalho diário.

Por fim, esta pesquisa se dividiu em quatro capítulos. No primeiro, buscou-se apresentar o conceito de políticas públicas mais habitual nos estudos acadêmicos, contextualizar a história e momento de encontro do Minha Casa Minha Vida (MCMV) e relacioná-lo ao campo do Direito à Cidade. No segundo, teoriza-se sobre a atualidade no jornalismo, as questões de noticiabilidade e valor-notícia e elucidar a relação das Geografias da Comunicação com a criminalidade. No terceiro, é apresentado o percurso metodológico da pesquisa, destacando o objeto, o referencial, o corpus e a tipologia e categorias da análise. No quarto e último capítulo, traz-se a análise com base no corpus de pesquisa dividida em duas etapas, uma quantitativa e outra qualitativa com base na metodologia de Análise de Conteúdo, seguido das considerações finais.

2 DAS POLÍTICAS PÚBLICAS AO DIREITO À CIDADE

O conceito de políticas públicas, por mais que recorrentemente inserido em nossas rotinas por meio de instituições e programas sociais, ainda encontra dificuldades em se estabelecer no conhecimento geral. Uma das primeiras vezes em que é registrado seu emprego no campo teórico-sociológico ocorre nos estudos de John Keynes, economista inglês cujas teses se opunham ao liberalismo clássico, propondo a reconstrução das estruturas estatais visando a proteção social.

Contudo, o uso do termo em si gerou discordâncias durante um longo período nos estudos acadêmicos, vez que não se compreendia a “área mãe” à qual pertencia, mesmo que todos seus precursores trouxessem análises político-sociais para explicar sua importância. Contribuições para sua definição vieram da administração pública, economia, política e até filosofia, mas Souza (2006) reconhece como os “pais fundadores” das políticas públicas os teóricos H. Laswell, H. Simon, C. Lindblom e D. Easton.

De acordo com a autora, Laswell funda, na década de 1930, o que veio a ser conhecido por *policy analysis*, ou *análise de política pública* (tradução livre), que propunha tornar científica a forma de atuação das instituições governamentais sob a produção empírica do conhecimento. Já na década de 1950, partindo da psicologia social, Simon nomeava por *policy makers* os indivíduos aos quais se aplicava a racionalidade limitada dos decisores públicos: personalidades importantes para a resolução de problemas públicos e elaboração de conjuntos de regras sociais. Ao final da mesma década, Lindblom se contrapôs à individualização aplicada pelos teóricos precursores e inseriu nesta questão a reflexão sobre as relações de poder e campanhas político-partidárias para a formulação de políticas públicas. Já em 1965, Easton torna ainda mais claro a compreensão do termo ao defini-lo como um sistema, ou seja, como uma relação entre a formulação (indivíduo) e o ambiente (sociedade) (SOUZA, 2006, p. 24).

Em linhas mais gerais, a autora sintetiza a compreensão do termo *políticas públicas* por uma visão multidisciplinar ao afirmar que:

A política pública permite distinguir entre o que o governo pretende fazer e o que, de fato, faz. A política pública envolve vários atores e níveis de decisão, embora seja materializada através dos governos, e não necessariamente se restringe a participantes formais, já que os informais são também importantes. A política pública é abrangente e não se limita a leis e regras. A política pública é uma ação intencional, com objetivos a serem alcançados. A política pública, embora tenha impactos no curto prazo, é uma política de longo prazo. A política pública envolve processos subsequentes após sua decisão e proposição, ou seja, implica também implementação, execução e avaliação (SOUZA, 2006, p. 36).

O século XX trouxe consigo um aprimoramento desse campo de estudo, sendo marcado por mudanças sociais decorrentes de crises econômicas, fazendo com que o conceito fosse mais aceito a partir da perspectiva científica. Não obstante, o contexto de pós-Guerras instaura movimentos de reconstituição dos Estados Modernos, sendo papel das assembleias constituintes proporem medidas de reparação social e retomada do crescimento econômico dos países.

Desta forma, as políticas públicas passaram a fazer parte das agendas dos Estados como instituições de assistência e de proteção do bem-estar social. Retomando esta mesma ideia de proteção, proposta inicialmente por John Keynes, as políticas públicas podem ser definidas pela “[...] garantia de determinados direitos, independentemente do nível de renda ou da participação no mercado de trabalho” (IPEA apud SARAIVA; CARVALHO, 2012, p. 32).

Por outro lado, este avanço nos estudos do termo veio a chegar no Brasil apenas no final do século XX, quando os países em desenvolvimento lidavam com a atmosfera de contenção de gastos públicos, mudanças de posicionamento para um ajuste fiscal e diversas outras medidas para controlar a inflação. Para Souza (2006), é a partir da década de 1990 que essas políticas passaram a fazer parte da agenda governamental brasileira, o que alavancou os estudos nacionais sobre o conceito e pautou debates midiáticos mais frequentes no sentido da difusão de seu conhecimento.

Entretanto, antes de nos debruçarmos de fato em sua aplicação prática, é importante salientar que o processo de elaboração das políticas públicas em uma democracia se resume em questões de ação coletiva e de distribuição de bens coletivos, mas que, aceitando sua proveniência de uma escolha racional, requer o desenho de incentivos seletivos (SOUZA, 2006, p. 37). Isso significa que é possível que existam interesses individuais ou de grupos nesta elaboração, seja para manter controle sobre a estrutura social em vigor ou apenas como uma modelagem das preferências dos decisores.

Influenciadas pelo institucionalismo — ou, para Souza (2006), o neo-institucionalismo — as políticas públicas, como pertencentes à esfera política de discussões, estão suscetíveis a regras, concepções e identidades que não dizem respeito à sociedade como um todo (i.e.: visões religiosas, históricas ou dogmáticas). Ao que parece, reconhecer essa teoria seria estar ao passo de duvidar da capacidade das instituições sociais de manter controle nas decisões públicas e manter isso como papel do mercado, mas a autora apresenta contraponto ao colocar que:

[...] instituições são regras formais e informais que moldam o comportamento dos atores. Como as instituições influenciam os resultados das políticas públicas e qual a importância das variáveis institucionais para explicar resultados de políticas públicas? A resposta está na presunção de que as

instituições tornam o curso de certas políticas mais fáceis do que outras. Ademais, as instituições e suas regras redefinem as alternativas políticas e mudam a posição relativa dos atores. Em geral, instituições são associadas a inércia, mas muita política pública é formulada e implementada. Assim, o que a teoria neo-institucionalista nos ilumina é no entendimento de que não são só os indivíduos ou grupos que têm força relevante influenciam as políticas públicas, mas também as regras formais e informais que regem as instituições (SOUZA, 2006, p. 39).

O importante aqui é tomar nota de que essa luta por poder e por recursos entre grupos sociais — que leva as políticas públicas para certa direção e privilegiam alguns grupos em detrimento de outros — é mediada por instituições políticas e econômicas que, embora sozinhas não façam todos os papéis, partem de sujeitos tomados pela escolha racional de ideias e histórias provenientes de seus grupos (SOUZA, 2006, p. 39). Ainda segundo a autora:

A respeito das contribuições das diversas vertentes da teoria do neo-institucionalismo para a análise das políticas públicas, é preciso lembrar que, como ocorre em qualquer referencial teórico, é preciso ter clareza sobre quando e como utilizá-lo. Isso porque, conforme já argumentado anteriormente (Souza (2003), analisar políticas públicas significa, muitas vezes, estudar o “governo em ação”, razão pela qual nem sempre os pressupostos neo-institucionalistas se adaptam a essa análise. Ademais, os procedimentos metodológicos construídos pelas diversas vertentes neo-institucionalistas, em especial a da escola racional, são marcados pela simplicidade analítica e pela elegância, no sentido que a matemática se dá a essa palavra, e pela parcimônia, o que nem sempre é aplicável à análise de políticas públicas (SOUZA, 2006, p. 39).

Caminhando para fora desta moldura teórica que explica seus estudos, é possível apontar na prática o Sistema Único de Saúde (SUS), o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e a política do Salário Mínimo como alguns exemplos de políticas públicas que temos hoje em vigor no âmbito federal. Iniciadas como propostas de governo, essas ações são estudadas, formuladas e aplicadas, para que então seja metrificada sua efetividade e, assim, incluídas no Plano Plurianual (PPA), instrumento previsto no artigo 165 da Constituição Federal e que define quais são as metas e objetivos que devem ser cumpridos pelos governos em seus quatro anos de mandato.

Secchi (2014) incorpora em seus trabalhos o que chama de *policy-making process* — processo de elaboração de políticas públicas, em português — ou *policy cycle* — em português, ciclo de políticas públicas—, um esquema que organiza sete fases sequenciais e independentes para a elaboração de uma política pública. São estas: identificação do problema (1); formação da agenda (2); formulação de alternativas (3); tomada de decisão (4); implementação (5); avaliação (6); e extinção (7).

A elaboração de um gráfico do tipo reduz consideravelmente a complexidade que uma

política pública requer ser pensada, entretanto, é um instrumento voltado para agentes políticos e administradores públicos se localizarem em meio a casos heterogêneos e, assim, simplificar o referencial comparativo de resolução de problemas públicos (SECCHI, 2014, p. 34). Por outro lado, é importante ponderar que o *policy cycle* não vem a se estabelecer como uma regra e, muito menos, como uma regra de aplicação linear, ou seja, em que uma etapa seja pré-requisito da anterior. De acordo com o autor:

Apesar de sua utilidade heurística, o ciclo de políticas públicas raramente reflete a real dinâmica ou vida de uma política pública. As fases geralmente se apresentam misturadas, as sequências se alternam. Windavsky (1979), por exemplo, sustenta que em alguns contextos a identificação do problema está mais relacionada ao fim do processo do que ao início, e as fases de avaliação geralmente acontecem antes do escrutínio do problema. Cohen, March e Olsen (1972) elaboram o “modelo da lata do lixo” para descrever que soluções muitas vezes nascem antes dos problemas. Alguns acadêmicos afirmam que não há um ponto de início e um ponto de finalização de uma política pública, e que o processo de política pública é incerto, e as fronteiras entre as fases não são nítidas (SECCHI, 2014, p. 33-34).

Dentre todas as fases do *policy cycle*, cabe destacar aqui duas delas para compreender seus contextos de aplicação, sendo elas a identificação do problema e a extinção. Para Secchi (2014), toda política pública parte de um ponto em comum, o problema público, que configura a discrepância entre o *status quo* e uma situação ideal possível, em outras palavras, é aquilo que impede que a realidade possível seja a realidade desejada (SECCHI, 2014, p. 34).

A identificação de um problema público é reflexo da deterioração de uma situação pública ou pela busca de sua melhoria, mas o seu tempo de aparição e percepção pode ser variável. No caso de uma catástrofe natural que afete a vida das pessoas de uma determinada região de forma súbita, a aparição e percepção deste problema é imediata, já o congestionamento nas cidades ou a burocratização de procedimentos e serviços públicos, por exemplo, tem sua aparição gradativa e só passa a receber devida atenção pelos agentes políticos aos poucos (SECCHI, 2014, p. 34).

Independente desta característica temporal, para Secchi (2014), toda política pública deve ser provisória, ou seja: identificado e solucionado o problema, esta política deve ser extinta, para que os benefícios individuais não se tornem superiores aos do estado coletivo de realidade possível. O que podemos compreender é que, mesmo que opostos, tanto o problema público quanto a política pública possuem a característica de passividade na existência social, assim dizendo, a população se acostuma com essa situação e aprende a conviver com ela, seja para tirar proveitos individuais ou apenas agindo com indiferença, como é o caso de conturbadas conjunturas sociais que desencadeiam diversas e prolongadas políticas públicas.

Em 2009, o então Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, apresenta uma nova proposta de política pública especificamente voltado ao setor habitacional, visando reverter os efeitos causados pela crise econômica mundial. Tem início, neste contexto, o Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV). Essa decisão visava contornar todas as possibilidades de uma inflação da bolha imobiliária, como aconteceu com os Estados Unidos, e que prejudicaria principalmente as classes mais vulneráveis economicamente. Contudo, para compreendermos o cenário da época, daremos alguns passos para trás.

Acerca da bolha imobiliária nos EUA, cabe acrescentar que os recorrentes ataques terroristas sofridos pelo governo americano na primeira década deste milênio foram um estopim para duas grandes guerras que marcaram esse período, uma no Iraque e outra no Afeganistão. O alto investimento bélico colocou o país em um decréscimo econômico, vez que importava mais do que exportava, acumulando dívidas com nações parceiras e diminuindo sua parcela de crédito nas bolsas de valores. Desta forma, os bancos não se viram com alternativa a não ser a de diminuir os juros nos créditos que ofertavam, aumentando o poder de compra dos consumidores e alavancando o setor imobiliário. Passada a crise, as taxas de juros voltaram a subir e o pagamento de altas hipotecas por parte dos proprietários começou a cair, dando início a um período de desvalorização da bolha imobiliária e alta taxa de inadimplência.

O Brasil, como nação em desenvolvimento, sentiu os efeitos desse colapso e, por consequência, teve menos acordos de exportação no mesmo período. Sem crédito internacional, a proposta do MCMV foi um dos elementos-chave da estratégia governamental para impulsionar o crescimento da economia brasileira e enfrentar os efeitos da crise global (ROLNIK; NAKANO, 2009). Para além disso, sob a ótica da promoção social, Souza (2016) identifica que:

O objetivo declarado pelo governo federal era dirigir o setor imobiliário para atender à demanda habitacional de baixa renda, para que o mercado incorporasse setores que nunca tiveram a oportunidade de adquirir imóveis pelo mercado formal. O MCMV teve inspiração nos modelos chileno e mexicano de provisão habitacional, com construtoras privadas ofertando habitações subsidiadas com recursos públicos (SOUZA, 2016, p. 136).

Em outras palavras, o pacote habitacional propôs um meio de unir moradia a baixo custo, geração de empregos na indústria da construção civil e parcerias público-privadas em programas assistencialistas. A meta inicial do MCMV foi de construir mais de um milhão de unidades habitacionais para famílias com rendimentos mensais de até 10 salários mínimos, mobilizando o montante de 34 bilhões de reais em subsídios, destes R\$ 25,5 bilhões originavam-se do Orçamento Geral da União e R\$ 7,5 bilhões do FGTS (CARDOSO;

ARAGÃO apud SOUZA, 2016, p. 135).

No desenho de operacionalização do MCMV, estavam como atores principais a Caixa Econômica Federal (CEF), responsável pelo gerenciamento dos subsídios e acordos de financiamento através do Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU) e do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR)²; as prefeituras municipais, responsáveis pelo cadastramento de interessados por meio do Cadastro Unificado (CadÚnico) e seleção dos contemplados; e as incorporadoras e construtoras privadas, responsáveis pelo desenvolvimento e execução dos projetos de habitação, respeitando os padrões e normas da CEF e do Ministério das Cidades.

Além destes três pilares mais importantes, o programa também designou a função de governos estaduais e municipais a contribuir com fundos de contrapartida para os empreendimentos, seja em dinheiro, com a prestação de serviços ou doação de terrenos para as construções. De outra forma, as prefeituras também devem fornecer uma equipe técnica para realizar a aprovação dos projetos feitos pelas incorporadoras, principalmente no sentido de viabilizar a localização e inserção urbana. Por fim, movimentos sociais e outras associações relacionadas ao tema habitacional também poderiam se comprometer com a provisão de habitação por meio da modalidade específica de financiamento intitulado Minha Casa, Minha Vida Entidades (SOUZA, 2016, p. 137).

Compreendidos os agentes promotores do programa, de acordo com Souza (2016), sua aplicação na prática aconteceu a partir das modalidades de subprogramas — PNHU, PNHR, MCMV Entidades e MCMV sub 50, uma modalidade específica para cidades abaixo de 50 mil habitantes — e pelas faixas de renda, que iam de 0 a 10 salários mínimos, conforme quadro abaixo elaborado pelo autor.

² Esta pesquisa não abordará os empreendimentos em áreas rurais, portanto não se aprofundará no Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR).

Quadro 1 — Resumo das Modalidades Urbanas do Programa Minha Casa Minha Vida

Modalidades	Faixas de Renda Familiar		
	0 a 3 Salários Mínimos	3 a 6 Salários Mínimos	6 a 10 Salários Mínimos
Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU)	Execução via Fundo de Arrendamento Residencial (FAR)	Subsídio parcial em financiamentos com recursos do FGTS, com redução dos custos do seguro Acesso ao Fundo Garantidor e comprometimento de até 20% da renda para pagamento da prestação	Financiamentos do FGTS com os benefícios adicionais de redução dos custos de seguro e acesso ao Fundo Garantidor da Habitação
MCMV Entidades - Associações, Cooperativas, Sindicatos, etc.	Financiamento através do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS)		
MCMV sub 50 - Municípios com menos de 50.000 habitantes	O financiamento é operado através de Agentes Financeiros Privados - e não pela Caixa Econômica Federal		

Fonte: Souza (2016, p. 139) com base em Cardoso e Aragão (2013); Ferreira (2012); Rolnik et al. (2010); e Rossbach (2014).

Por fim, esta malha que constituiu o MCMV aconteceu em três etapas, promovendo um avanço gradual da habitação popular à medida que se acompanhava o seu retorno social. A fase 1 teve início com o lançamento do programa, em 2009, e com a meta de entregar 1 milhão de habitações, além de popularizar os requisitos e benefícios para futuros interessados por todo o país. Neste primeiro momento, a concessão de subsídio era calculada levando em conta três faixas de renda bruta: 1) famílias com renda mensal de até R\$ 1.600,00; 2) famílias com renda mensal de até R\$ 3.275,00; e 3) famílias com renda mensal de R\$ 3.275,00 até R\$ 5 mil³ (SOUZA, 2016, p. 138).

³ Todos os valores estão em concordância com o salário mínimo vigente à época de cada fase do programa.

Segundo a autora, a fase 2 teve início em 2011 e tinha como meta entregar 2 milhões de novas unidades habitacionais com um investimento de R\$ 125,7 bilhões até o final de 2014, além de inaugurar a participação do Banco do Brasil no programa. Reajustadas as faixas de renda bruta, nesta fase as faixas de classificação passaram a ser: 1) famílias com renda mensal de até R\$ 1.600,00; 2) famílias com renda mensal de R\$ 1.600,01 até R\$ 3.600,00; e 3) famílias com renda mensal de R\$ 3.600,01 até R\$ 5 mil.

A fase 3 teve início em 2016 e pretendia entregar novamente 2 milhões de novas unidades habitacionais até 2018, mas desta vez com um investimento 67% maior que a fase anterior, sendo agora de R\$ 210 bilhões. Ademais, aconteceu a implementação de uma nova faixa de renda bruta, a faixa “1,5”, sendo a nova configuração: 1) famílias com renda mensal de até R\$ 1.800,00; 1,5) famílias com renda mensal de R\$ 1.800,01 até 2.350,00 2) famílias com renda mensal de R\$ 2.350,01 até R\$ 3.600,00; e 3) famílias com renda mensal de R\$ 3.600,01 até R\$ 6.500,00 (SOUZA, 2016, p. 138). Ainda de acordo com a autora:

O montante de recursos alocados para o programa, para atender famílias com renda entre 0 a 10 salários mínimos, constituiu-se de fato inédito na história do país, que vinha de um período de 20 anos com exíguos investimentos federais no setor habitacional, após o fim do BNH, no ano de 1986, e mesmo durante a vigência deste, a população mais pobre encontrava dificuldades para conseguir acessar subsídios, por não estar inserida ao mercado formal de empregos (SOUZA, 2016, p. 139-140).

Mais do que apenas oferecer moradia própria a uma margem da sociedade que não se tinha acesso a esse bem por conta da crise, o MCMV inaugurou um combo de condições de políticas públicas de transporte, trabalho, saúde e, até mesmo, educação, uma vez que fomentava a criação de novos bairros nas cidades, gerando novos usufrutos do espaço público. As políticas habitacionais voltadas às camadas sociais de rendas mais baixas contribuíram à democratização do acesso ao solo urbano, permitindo um uso mais adequado à cidade e, conseqüentemente, uma integração social (SOUZA, 2016, p. 24).

Sob a acepção de Henri Lefebvre, Souza (2016) estuda este fenômeno através da ótica do *direito à cidade*, que explicita que os estudos das questões habitacionais se conformam diretamente com o debate do acesso ao espaço urbano e aos serviços que a cidade oferece. Uma habitação digna não é apenas um teto onde morar, mas o direito ao deslocamento casa-trabalho-escolha adequado e rápido, o direito ao emprego e renda mínima, à cidadania plena, à apropriação, ao controle social, entre muitos outros (SOUZA, 2016, p. 24).

Apropriando-se de estudos da arquiteta e pesquisadora Raquel Rolnik, a autora explica que:

É importante observar que, tanto na Declaração Universal quanto no Pacto

Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC), o direito à moradia é incluído como parte do direito a um padrão de vida adequado, referindo-se, portanto, não apenas ao direito a um abrigo, mas a uma moradia que proporcione todas as condições para o pleno desenvolvimento social, econômico e cultural de seus moradores (ROLNIK et al., 2015, p. 391 apud SOUZA, 2016, p. 24).

Como forma de materializar o termo, podemos inferir que o MCMV foi um pacote de incentivo ao bem-estar social através da universalização do acesso à moradia, uma vez que repercutiu na dinâmica socioespacial e de mobilidade urbana. Por outro lado, também esteve sujeito às suas conformações e padrões segregatícios, como aponta o autor ao evidenciar que:

A localização dos empreendimentos tem impulsionado processos de periferização, ocupação de franjas urbanas semirrurais, criação de bairros monofuncionais, afastados da vida urbana, acarretando em diversos malefícios às cidades e aos moradores. A principal crítica se dá na abordagem da moradia desassociada da cidade e, mais especificamente, de outras políticas públicas. Se o Estado, através do PMCMV, melhora o acesso à habitação, esta se encontra desarticulada da cidade, afastada dos empregos, comércio e serviços, isso acarreta em custos para os moradores e mesmo ao próprio poder público (SOUZA, 2016, p. 25).

Este fenômeno começou a fazer parte do debate quando estudos⁴ mostraram que os condomínios destinados à faixa de zero a três salários mínimos — ou seja, a camada dos beneficiários com a menor renda — estavam sendo mais alocados em regiões periféricas das cidades do que em espaços que, de fato, geram inclusão aos serviços e políticas básicas de infraestrutura urbana. Souza Filho (2019) discute sobre essa perspectiva se valendo de Maricato (2003), que, ao tratar da segregação urbana (considerada como aquela que resulta da implantação desses empreendimentos distantes dos centros urbano) conclui que esta resulta em uma “rotulação negativa” das populações dessas localidades, dificultando as oportunidades de emprego, possibilidades de profissionalização e, principalmente, aumentando o risco de exposição à violência e suas consequências (MARICATO, 2003 apud SOUZA FILHO, 2019, s.p.).

E para entender o motivo dessa alocação, basta refletirmos sobre o que Nascimento Neto, Moreira e Schussel (2012) afirmam quando escrevem que

As empresas do setor da construção civil têm a responsabilidade de elaborar os projetos de acordo com as especificações do PMCMV, principalmente quanto ao cálculo da unidade habitacional, de forma que se enquadre no perfil a ser financiado. Com esse desenho a empreiteira não tem como promover a especulação imobiliária. Contudo, o lucro tem sido produzido a partir da redução dos custos de construção e de aquisição do terreno em que se ergue o empreendimento. Essa lógica tem empurrado as construções pelo PMCMV

⁴ Dentre os pesquisadores que tratam do assunto podemos citar Amore, Shimbo, Rufino, Bonduki, Cardoso, Aragão, Ferreira, Pequeno e Rosa.

para a periferia das cidades, regiões muitas vezes carentes de infraestrutura básica. (NASCIMENTO NETO; MOREIRA; SCHUSSEL apud SOUZA FILHO, 2019, s.p.).

Em outras palavras, esta foi uma alternativa encontrada pelas empresas para maximizar seus lucros, partindo da implantação de terrenos de grandes dimensões, que comportem mais unidades, com um projeto comum padronizado e com economia no tempo de produção (SOUZA FILHO, 2019, s.p.). E onde se encontram terrenos com grandes dimensões e baixo custo? Na periferia.

Por mais que não citado até agora — e aqui tomado como a questão que esta pesquisa procurou responder —, além do acesso à saúde, trabalho, transporte, educação e ao próprio espaço urbano integrado, a concepção de habitação digna também não pode estar distante do direito à segurança. Fundamentada nas oportunidades que a habitação digna pode promover na vida dos indivíduos, uma região de moradias em que a criminalidade é presença cotidiana ameaça as mesmas oportunidades que deveria promover, configurando um problema social que pode ocasionar desde a perda de bens até a da própria vida.

Neste sentido, o direito à cidade aqui se configura como uma forma de compreender os conflitos envolvendo o controle da produção do espaço, a localização das habitações nos ambientes urbanos e os processos de segregação socioespacial, os quais, em conjunto e trazidos à luz da mídia, reforçam desigualdades das condições de mobilidade, acessibilidade e segurança urbana.

3 AS NOTÍCIAS NAS GEOGRAFIAS DA COMUNICAÇÃO

O jornalismo, como atividade midiática que integra os exercícios e saberes sociais, é uma ferramenta de investigação e noticiamento de fatos, dotando-se de uma sólida essência teórica e prática bastante instantânea. Para Franciscato (2003), a forma mais sucinta de se resumir esta prática é pela “novidade”, ao indicar que o conteúdo jornalístico propõe descrever eventos novos surgidos em decorrência do inevitável fluxo de ocorrências do mundo (FRANCISCATO, 2003, p. 10).

Como quase toda ação profissional, o jornalismo também se adequou às noções da atualidade, motivo pelo qual seria desnecessário aprofundar toda sua história uma vez que nos interessa aqui a perspectiva tão somente do presente. Não obstante, esta noção se conecta ao que Franciscato afirma quando escreve que o jornalismo se mantém sempre tão atual por operar em sintonia com a temporalidade dos eventos, ou seja, a dimensão temporal não é apenas uma qualidade complementar que as notícias possuem, mas é central para compreender que o jornalismo se funda no tempo presente como condição para sua realização (FRANCISCATO, 2003, p. 10).

Desta forma, assimilamos que a prática jornalística se volta exclusivamente à exposição de ocasiões e acontecimentos que: estejam em curso; sejam pautadas por um debate que ainda está em formulação; cerquem algum evento não encerrado ou situação recém executada, se limitando a uma lacuna muito curta de tempo entre aquilo que se ocorreu até o fato ser noticiado. Contudo, para Franciscato (2003), o tempo presente não é curto e deve ser entendido como as relações construídas no ambiente que o indivíduo vive — compõem este presente, para cada um, uma multiplicidade de coisas, situações e práticas que coabitam este ambiente num mesmo momento (FRANCISCATO, 2003, p. 10). De acordo com o autor:

A temporalidade jornalística possui pelo menos três pólos: um está no objeto noticiado, cujo movimento orienta os procedimentos da atividade jornalística; um segundo pólo é o da própria instituição, que possui seus movimentos próprios, suas regras, princípios, exigências e possibilidades; o terceiro é o tempo do leitor, relacionado às formas individuais e coletivas de experiência do tempo, as quais são construídas também pela intervenção da instituição jornalística (FRANCISCATO, 2003, p. 10).

Neste sentido, o autor expõe que a atualidade jornalística pode ser compreendida por uma relação temporal entre estes três pólos, retomando a ideia de que o tempo presente não é singular apenas ao fato. Ademais, esta relação é composta por procedimentos e recursos materiais e simbólicos que ganham objetividade social, o que Franciscato (2003) enfatiza significar a dimensão interacional do jornalismo como prática discursiva que orienta um

conjunto amplo de ações sociais no tempo presente (FRANCISCATO, 2003, p. 11). Nas palavras do autor:

[...] a temporalidade da atividade jornalística é composta não somente pela temporalidade do objeto noticiado, mas pela temporalidade do ato de informar publicamente (na forma de um discurso) que tal fato está ocorrendo numa dimensão do presente. O jornalismo como um discurso apresentado publicamente marca também um sentido de tempo tanto para o jornalista quanto para o público: o tempo do ato de reportar, de contar, de narrar, de enunciar o fato – conforme os termos usados para descrever o processo (FRANCISCATO, 2003, p. 11).

Sendo possível demarcar um tempo presente que guia a identificação dos fatos que virão a se tornar notícias, a temporalidade passa a ser essencial para a noção de experiência social que o jornalismo prevê causar. Quanto mais rápido for o “furo jornalístico”, maior valor ele tem para quem o consome, que logo em seguida já será acometido por novas notícias tão temporais quanto.

Mas o *fazer jornalístico* nada é se não possuir um objetivo sócio-histórico-cultural de se inserir nas relações simbólicas, sociais e estruturais envolvendo indivíduos e instituições, e o tempo — aqui também podendo ser traduzido por instantaneidade — vem a ser um fator que interfere nas condições deste *fazer*, o que reduz a atividade jornalística em corriqueira e automática para seus profissionais. Neste sentido, acabam se tornando alheios a questionamentos sobre o porquê de determinado noticiamento, abordagem, fontes utilizadas, entre outros fatores intimamente relacionados ao resultado de uma reportagem, tudo em detrimento e sob consentimento de uma temporalidade que precisa ser cumprida.

Ao discorrer acerca da temática, Traquina (2005), teórico do campo jornalístico, investiga este comportamento social sob a perspectiva do profissional que produz estas reportagens, apresentando dois importantes conceitos para a compreensão do fazer jornalístico: a *noticiabilidade* e o *valor-notícia*. O primeiro deles, segundo o autor, diz respeito ao conjunto de regras e fatores que determinam o escopo do que deve ser considerado uma notícia, e o segundo, por sua vez, delimita a atmosfera de parâmetros que a confere um valor informacional.

Em linhas objetivas, a *noticiabilidade* tem um aspecto mais volátil no mercado jornalístico, pois depende de veículo para veículo o que é considerável notícia e o que não, com base na política editorial que as sustentam. Nesta pesquisa em questão, que procurou avaliar uma específica abordagem de construção jornalística — e não se a pauta é noticiável ou não —, nos atentaremos inicialmente ao conceito de *valor-notícia* como norte para análise, uma vez que se configura como o que melhor especifica um campo de características para interesse público.

Para explorar o valor-notícia, Traquina se apropria de outros autores para classificar a associabilidade deste critério informacional a um fato. Partindo de uma divisão formulada por Wolf (1987 apud TRAQUINA, 2005), são apresentadas primeiramente duas categorias do que podem ser considerados valores-notícia, sendo elas as relacionadas à seleção do fato e as relacionadas à construção da notícia em si. Quanto à primeira categoria, Wolf (1987 apud TRAQUINA, 2005) ainda a subdivide em outros dois grupos, sendo eles o de critérios substantivos, que se relacionam ao interesse geral pelo fato, e o de critérios de contexto, que se relacionam ao contexto da produção da notícia. Nas palavras do autor:

Podemos ver que os seus valores-notícia incluem ambos os tipos de valor-notícia, sem, no entanto, a clareza da distinção entre os dois tipos. Por exemplo, Galtung e Ruge identificam como um valor-notícia a importância de “pessoas de elite”, um valor-notícia de seleção que iremos denominar “notoriedade do ator”. Os autores identificam como outro valor-notícia a “personalização”, em que referem que “as notícias têm a tendência de apresentar os acontecimentos como frases onde há um sujeito, uma pessoa nomeada ou uma coletividade que consiste em algumas pessoas”; a “personalização” é outro valor-notícia, mas um valor-notícia de construção (TRAQUINA, 2005, p. 78).

Discorrendo de maneira mais objetiva, com base na distinção inicial de Wolf (1987), o autor elenca nove valores-notícia de seleção em termos de critérios substantivos, sendo eles a *morte*, a *notoriedade*, a *proximidade*, a *relevância*, a *novidade*, o *tempo* (atualidade), a *notabilidade*, o *inesperado*, o *conflito* (ou controvérsia), a *infração* e o *escândalo*. No tocante aos valores-notícia em termos de critérios contextuais, o autor elenca cinco, sendo eles: a *disponibilidade*, o *equilíbrio*, a *visualidade*, a *concorrência* e o *dia noticioso*. Por fim, os chamados valores-notícia de construção — descritos pelo autor como critérios de seleção dos elementos dentro dos acontecimentos dignos de serem incluídos na elaboração da notícia — são, por sua vez: a *simplificação*, a *amplificação*, a *relevância*, a *personalização*, a *dramatização*, e a *consonância* (TRAQUINA, 2005, p. 79-88 grifo nosso).

Dentre este montante de critérios, é possível perceber a indissociabilidade que eles possuem entre si, conforme sugere o próprio Traquina (2005), partindo da compreensão de que a noticiabilidade não pode ser tratada de forma singular e independente, assim, todos eles dialogam. Ademais, para confirmar este ponto de vista, o autor apresenta que o entendimento dos critérios substantivos de seleção deve resvalar na compreensão da sociedade como um consenso, um outro importante aspecto de natureza teórica aqui estudado.

Neste recorte supracitado, os valores-notícia de *inesperado*, *conflito*, *infração*, *novidade*, *escândalo*, *relevância* e *notabilidade*, quando somados, formam a ciência consensual das relações sociais. Nas palavras do autor, sem este conhecimento consensual de fundo, nem

os jornalistas nem os leitores poderiam reconhecer o primeiro plano das notícias (TRAQUINA, 2005, p.86 grifo nosso).

Até aqui, infere-se que o acontecimento seja a matéria-prima para a construção da notícia e, nesse mesmo caminho, Traquina (2005) se vale das classificações de um outro autor para explicar o lado do interesse jornalístico. Segundo o autor, Tuchman (1972) descreve que os acontecimentos podem ser divididos com base no resultado de notícias que geram, sendo eles os noticiosos excepcionais — ou mega acontecimentos, segundo Traquina (2005). Segundo o autor tais acontecimentos são imprevistos e causam grande fervor entre os jornalistas; cita ainda os noticiosos localizados, que também ocorrem sem planejamento e requerem uma rápida cobertura; os noticiosos em continuação, que são programados e têm ocorrência por algum tempo; e os noticiosos em desenvolvimento, que também possuem a ocorrência por determinado período, mas que não são planejados.

Desta forma, é possível observar que, até mesmo com aqueles fatos não agendados, todo tipo de cobertura possui uma “receita teórica” que o previa, no sentido de explicitar e problematizar o *fazer jornalístico*. Entretanto, essa rotina noticiosa ganhou um efeito contrário e, na prática, gerou protocolos pré-definidos nas redações jornalísticas e naturalizou a leitura de certos tipos de abordagens pelos consumidores desse conteúdo, cenário que evidencia o supracitado: o jornalismo como uma atividade corriqueira e automática.

Ainda que o texto original de Traquina (2005) procure fazer uma revisão bibliográfica sobre a noticiabilidade e explorar aspectos mais determinantes para a conceituação dos valores-notícia, não seria possível seguir adiante sem contestar alguns pontos e fazer uma breve atualização quanto aos estudos da área.

Acerca do assunto, Silva (2005) traz uma releitura da noticiabilidade considerando outros fatores potencialmente capazes de agir no processo da produção da notícia, indo além daqueles que dizem respeito apenas ao fato em si, mas também os julgamentos pessoais do jornalista; a cultura profissional da categoria; condições favorecedoras ou limitantes da empresa de mídia; qualidade do material; relação com as fontes e com o público; fatores éticos e ainda circunstâncias históricas, políticas, econômicas e sociais (SILVA, 2005, p. 96). De maneira mais explícita, a autora coloca que:

Tal entendimento nos leva a estabelecer instâncias ou conjuntos diferenciados de critérios de noticiabilidade: (a) na origem dos fatos (seleção primária dos fatos / valores-notícia), considerando atributos próprios ou características típicas, que são reconhecidos por diferentes profissionais e veículos da imprensa; (b) no tratamento dos fatos, centrando-se na seleção hierárquica dos fatos e levando-se em conta, para além dos valores-notícia dos fatos escolhidos, fatores inseridos dentro da organização, como formato do produto,

qualidade do material jornalístico apurado (texto e imagem), prazo de fechamento, infra-estrutura, tecnologia etc, como também fatores extra-organizacionais direta e intrinsecamente vinculados ao exercício da atividade jornalística, como relações do repórter com fontes e públicos; (c) na visão dos fatos, a partir de fundamentos éticos, filosóficos e epistemológicos do jornalismo, compreendendo conceitos de verdade, objetividade, interesse público, imparcialidade que orientam inclusive as ações e intenções das instâncias ou eixos anteriores. Esses conjuntos, com certeza, não funcionam de modo isolado. Na prática da produção noticiosa, todos esses critérios variados de noticiabilidade atuam concomitantemente (SILVA, 2005, p. 96).

Enquanto Traquina (2005) entende o processo de produção das notícias sob aspectos da teoria etnoconstrucionista e como resultado da percepção, seleção e transformação de uma matéria-prima — aqui o acontecimento — em um produto, Silva (2005) considera relevante não apenas o conjunto de elementos com os quais a empresa jornalística administra os noticiáveis e as características intrínsecas ao fato e que o tornam potencialmente em notícia, mas, como uma soma de ambos, considera também as questões ético-epistemológicas que apresenta. Desta forma, a noticiabilidade se encontra num campo de aptidão entre os valores-notícia, entendidos aqui como atributos que orientam principalmente a seleção primária dos fatos — e, claro, também a seleção hierárquica desses fatos na hora do tratamento do material dentro das redações (SILVA, 2005, p. 97).

Retomando um pouco o conceito, entendemos o estudo dos critérios de noticiabilidade como uma necessidade do mercado jornalístico ao identificar que todo acontecimento poderia se tornar a matéria-prima de uma notícia — desde um cano estourado na rua até o assassinato de uma personalidade importante. Entretanto, este fato não só geraria um volume muito grande de trabalho para os jornalistas, como também saturaria o espaço que os jornais impressos dispunham até pouco tempo atrás. Frente a isso, os valores-notícia são colocados em xeque como uma hierarquização daqueles acontecimentos que são mais merecedores de fazerem parte da agenda pública, sendo postos sob uma seleção previamente definida pelas empresas de mídia para então receberem o tratamento e apuração devida.

Na esfera acadêmica dos valores-notícia, nota-se que não bastaria apenas uma seleção daqueles episódios que seriam transformados em matérias e os que não, mas também deveriam ser apurados quais valeriam ser produzidos e ficarem de gaveta e, até mesmo, dentre os selecionados, quais estariam nas chamadas dos jornais e quais nas páginas internas. Contudo, para Silva (2005), toda a teoria formulada em torno da noticiabilidade exclui a prática das redações, onde fazem parte da do processo de seleção e hierarquização valores como formato do produto, qualidade da imagem, disponibilidade de tempo, linha editorial, custos financeiros, público-alvo, dentre outros. Segundo a autora,

Valores-notícia, as características do fato em si, em sua origem, são somente um subgrupo de fatores agindo juntamente com esse segundo conjunto de critérios de noticiabilidade, relacionados agora ao tratamento do fato. Estudar a seleção implica, inclusive, rastrear os julgamentos próprios de cada seletor, as influências organizacionais, sociais e culturais que este sofre ao fazer suas escolhas, os diversos agentes dessas escolhas postados em diferentes cargos na redação, e até mesmo a participação das fontes e do público nessas decisões – aqui vale lembrar os estudos de agendamento (agenda-setting), que complexificam as investigações sobre o processo de seleção das notícias (SILVA, 2005, p. 98).

É mister entender aqui que a seleção de notícias, na prática, não se diferencia apenas de redação para redação, mas em uma mesma corporação é possível encontrar fatores limitantes a depender do funcionário, da equipe, do dia, da região da cidade, assim por diante.

Outro ponto que Silva (2005) levanta é em relação ao “momento de uso” da noticiabilidade, uma vez que os valores-notícias são comumente limitados ao instante inicial de seleção das matérias-primas. A autora identifica que a construção e tratamento de uma notícia necessita da ação da noticiabilidade em diferentes momentos – como na seleção primária, na triagem e na seleção hierárquica — como linhas-guia para o direcionamento de qualidade dos eventos (SILVA, 2005, p. 99). Explicitando sua defesa, a autora expõe que:

Já se sabe que os valores-notícia agem em todo o processo de produção da informação jornalística. Disso não se discorda aqui. O problema é o uso que se faz do conceito. Para Wolf, “valores-notícia são critérios de relevância difundidos ao longo de todo o processo de produção e estão presentes tanto na seleção das notícias como também permeiam os procedimentos posteriores, porém com importância diferente” (p.202). Nessa definição, a seleção parece restrita apenas em sua etapa primária, sendo que, como defende-se nesse exercício reflexivo, ela continua na etapa seguinte, incluída no conjunto dos demais procedimentos posteriores, a que chamamos de tratamento do fato (SILVA, 2005, p. 99).

Ainda que Silva (2005), comparada aos estudos de Traquina (2005), apresente uma abordagem mais ampla da noticiabilidade e dos valores-notícia na prática jornalística, ambos autores são omissos quanto às questões geográficas e/ou regionais no processo de seleção e tratamento de matérias. É possível notar que o trabalho de qualquer um dos autores poderia ser aplicado nesta questão, mas para todo critério de noticiabilidade compreende-se uma seleção de particularidades que influenciam este processo e, uma vez que este trabalho de pesquisa procurou explorar o fator *localidade* na produção de notícias acerca de crimes realizados dentro de empreendimentos do MCMV, um olhar mais atento para o tópico geográfico é essencial neste caso.

Para solucionar esta lacuna, empregamos aqui os estudos das *Geografias da Comunicação*, uma área teórica que produz reflexões sobre como a comunicação produz o

espaço e como o espaço produz a comunicação. Neste campo, o processo de seleção, produção, tratamento e publicação de notícias é orientado a partir das relações de tempo-espaço, protagonismo territorial e inserção das comunidades em redes. Em outras palavras, a localidade passa a ser determinante nas mediações de como diferentes regiões se dialogam e compreendem suas características comunicacionais.

Para entender as Geografias da Comunicação e seu papel no jornalismo, primeiro, é preciso colocar em pauta o porquê de Geografias, no plural, e não Geografia da Comunicação. Antes da consciência de espaço, deve vir a da realidade, a qual é formada por múltiplas versões, diferentes faces que, por mais que conectadas, são únicas em cultura e formas de ler o mundo. Neste contexto, as Geografias da Comunicação já surgem pensando na necessidade de respeitar as diferentes realidades — principalmente as periféricas — e colaborar na construção de uma comunicação mais intercultural.

E a relação entre as duas áreas – Geografia e Comunicação – consegue ser ainda mais simples de definir, conforme explica Melo, no prefácio do livro *Geografias da Comunicação: espaço de observação de mídias e de culturas*, ao dizer que a Geografia precisa da Comunicação para se fazer conhecer, difundir e atualizar; e a Comunicação não pode funcionar sem o suporte da Geografia para distribuir conteúdos, provocar sensações, emocionar e surpreender (MELO, 2012, p.7).

Por outro lado, Aguiar (2013) aponta que o estabelecimento deste campo de estudos no Brasil e na América Latina hispânica ainda está em curso e vem a ocorrer apenas a partir de uma literatura anglo-saxônica, especialmente importada da Inglaterra e dos países nórdicos, uma vez que, por aqui, a Geografia ainda é inviabilizada nos estudos comunicacionais e vice-versa (AGUIAR, 2013, p. 32). A base teórica formada no Brasil sobre o assunto se fez continuamente confusa, nem sempre baseada na epistemologia da ciência geográfica e esbarrando em conceitos mais provindos da sociologia e filosofia para explicar eventos ligados ao espaço. De acordo com a autora:

Da mesma forma que, durante muito tempo, os geógrafos se agarraram à metáfora dos meios de comunicação como “dutos” (*conduits*) ou “canais” entre um sujeito e o mundo exterior, também os pesquisadores da Comunicação priorizam o uso metafórico do espaço e da espacialidade para interpretar relações midiáticas e de mediação contemporâneas, em especial aquelas centradas nas rupturas espaço-temporais propiciadas pelas tecnologias digitais. Grande parte das pesquisas desenvolvidas tem origem nos Estudos Culturais, seguida de um grupo com interesse nas configurações, nas apropriações e nos processos de disseminação das tecnologias da informação e da comunicação, o que tem levado as investigações desta nova especialidade mais na direção das Geografias Cultural, Social e Econômica do que na da Geografia Humana, como nos estudos iniciais (AGUIAR, 2013, p. 32).

O avanço das Geografias da Comunicação é refém de uma falta de interação teórica entre as áreas — de um lado, limitadas ao estudo da comunicação local, regional, internacional e intercultural; do outro, uma Geografia resistente a ir além das realidades materiais, visualizáveis e mapeáveis. A autora compreende que a base para as investigações empíricas do campo precisa ir além do espaço, dos conceitos e das noções básicas ainda problematizadas, afinal, a informação circula por “fluxos imateriais” que não podem ser descolados da estrutura física, tecnológica e humana que os suporta e viabiliza e que estão baseados em algum território carregado de relações sociais e culturais (AGUIAR, 2013, p. 33).

Entretanto, ainda que a pequenos passos — e ainda presos nas visões de mundo eurocêntricas —, as Geografias da Comunicação se estabelecem como um campo que visa romper a formação e existência das fronteiras midiáticas: limitações físicas e sociais que alteram as percepções sobre a produção de notícias, ignorando que localidade, mobilidade e territorialidade são aspectos que interferem nos critérios de noticiabilidade dos fatos. De forma a contribuir para o desenho da área no Brasil, Aguiar (2013) define quatro eixos que guiam as perspectivas epistemológicas dos estudos, como a autora mesma descreve por:

[...] o papel do espaço e da espacialidade como categorias analíticas das variadas formas de expressão e comunicação humanas; a organização e disseminação territorial das tecnologias de informação e comunicação, com ênfase mais recente na internet e nos dispositivos móveis; as geografias dos sistemas de mídia nos contextos da globalização e da regionalização, com imbricações na economia política; e a geopolítica dos fluxos e contrafluxos de informação e comunicação em âmbito mundial, tanto via sistemas corporativos transnacionais quanto por meio de mídias sociais alternativas (AGUIAR, 2013, p. 33).

Portanto, é possível assimilar que as Geografias da Comunicação são amplas em teorizações e, por isso, fazem jus à sua pluralidade. Aguiar (2013) exemplifica alguns recortes de estudos dentro do campo e em franco desenvolvimento, como as Teorizações Geográficas, que foram um ponto de partida para o reconhecimento dos fatores *território*, *comunicação* e *velocidade* nos estudos social-midiáticos; e as Espacialidades da Comunicação, uma vertente fundadora da área que investiga o início da convergência entre a Comunicação e a Geografia a partir dos avanços tecnológicos. Também fazem parte do recorte as Imagens Midiatizadas de Lugares, que propõem refletir sobre a apreensão das imagens e dos sentidos dos lugares por meio de programas de televisão, revistas, jornais, filmes ou sites da internet; as Geografias dos Sistemas de Mídia, que parte dos estudos das relações espaciais e geopolíticas dos sistemas de mídia; além de outros campos mais complexos, tais quais os Territórios das Tecnologias de Informação e Comunicação, a Geopolítica dos fluxos e contrafluxos de informação, as Geografias do Cinema, a Publicidade geo-orientada, entre outros (AGUIAR, 2013, p. 33-45).

No caso da presente pesquisa, que considera o emprego das Geografias da Comunicação como um parâmetro de noticiabilidade e a territorialidade como um valor-notícia, nos limitaremos a explorar um pouco mais apenas no recorte das Geografias dos Sistemas de Mídia, que nos ajudam a melhor compreender os fenômenos de produção de matérias sob o crivo dos estudos da espacialidade.

As empresas de comunicação, manifestadas como parte dos Sistemas de Mídia, cooperam na incorporação de elementos sociais, econômicos e culturais tanto no que produzem — informação — quanto na forma que distribuem — televisão, rádio, jornal, revista etc. Apropriando-se dos estudos de Hafez (2007), Aguiar (2013) destaca que, a partir do aprofundamento dos estudos comunicacionais (considerando a internacionalização, globalização e comunicação transcultural), o arcabouço teórico no campo dos Sistemas de Mídia passa a se estruturar na ideia de “esfera pública global” como forma de definir a produção em massa de informações (AGUIAR, 2013, p. 42). Segundo a autora, é neste momento em que a Geografia é aceita como parte fundamental da globalização da mídia, compreendendo-a não apenas como uma teoria expansionista, mas, sim, focada em entender como o espaço e o tempo interferem no consumo de notícias (AGUIAR, 2013, p. 42).

Tendo isto em vista, Aguiar (2013) aponta três principais características que destacam o início das Geografias dos Sistemas de Mídia, sendo elas: conectividade, mudança e interdependência (AGUIAR, 2013, p. 42). De maneira geral, compreendemos aqui que a Geografia, como forma de dissolução de fronteiras para o trânsito de informação, não é nova nos estudos da Comunicação, o conceito sempre foi empregado na tentativa de entender o processo de globalização e expansão da conexão de notícias pelo mundo.

Assim sendo, direta ou indiretamente, a localidade não pode ser desconsiderada nos critérios de noticiabilidade aplicados nas políticas de comunicação e mídia, uma vez que a Comunicação se apropria de Geografia para produzir diferentes leituras do mundo, variando conforme sua localidade, a fim de gerar uma informação apta a ser consumida por leitores de qualquer região.

Mesmo sem julgar este fenômeno como positivo ou negativo, é possível destacar que esta forma de produção noticiosa carrega as informações de sentidos e nelas inserem efeitos de sentido ligados ao espaço de onde foram geradas — ou seja, mesmo que um leitor não conheça uma localidade por experiência direta, *in loco*, internaliza a descrição visual ou textual feita por meio de programas de televisão, revistas, jornais, filmes ou sites da internet (AGUIAR, 2013, p. 37). Na análise realizada a seguir é possível diagnosticar não apenas como o fator *localidade* interfere no processo de produção e tratamento de notícias acerca do programa MCMV, como

também as consequências de efeitos de sentidos que isso gera para os consumidores.

4 PERCURSO METODOLÓGICO

4.1 Do objeto

Durante a iniciação científica na área de Mídia e Políticas Públicas que desenvolvi durante a graduação, passei um tempo do meu trabalho de pré-produção dedicado ao clipping de matérias jornalísticas realizadas no ano 2018 por veículos de notícias da região Sudeste e que cobriram políticas públicas. O propósito da pesquisa foi identificar a frequência que a mídia regional pautava notícias sobre essas políticas e quais eram os sujeitos mais entrevistados, a população ou os órgãos governamentais.

Para encontrar estas matérias, o ponto de partida foi uma busca por palavras-chaves em sites jornalísticos, chegando a um universo de reportagens que seriam lidas, categorizadas e analisadas. Dentre os veículos que serviram de objeto para a pesquisa, o Jornal Extra, do Grupo Globo, foi marcante por ter me direcionado diversas vezes em suas notícias de forma errônea, que continham o termo “Minha Casa Minha Vida” — uma política pública de cunho habitacional —, mas que pouco tratavam sobre o programa. As reportagens em questão eram coberturas de crimes que haviam sido cometidos dentro de empreendimentos do MCMV e o termo era citado apenas para referência geográfica do ocorrido, logo, não era foco da minha pesquisa.

A recorrência de matérias que cobriam esta mesma configuração de acontecimentos se tornou volumosa e, desta forma, me deparei com a de curiosidade em compreender sobre a pouca ou ausente problematização da relação localidade-criminalidade destes fatos. Como futuro jornalista, comunicar uma periodicidade de crimes associados a um mesmo empreendimento seria, no mínimo, um desafio explorar o que eles têm em comum e como relacioná-los à espacialidade da cidade.

Em suma, o objeto da presente pesquisa se fundamentou em analisar estas reportagens produzidas pelo jornal Extra e estudar a atuação do jornalista frente ao tratamento de pautas que colocam em xeque um embate de direitos sociais, neste caso, o direito à moradia *versus* o direito à segurança. Como visto anteriormente, o espaço urbano, aqui tomado como critério de noticiabilidade, é um fato que diz respeito não só ao acesso aos serviços promovidos pela cidade, mas que interfere na seleção e processo de comunicação dos fatos que ocorrem e como ocorrem.

4.2 Do referencial metodológico

O desenvolvimento desta pesquisa procedeu da exploração da forma de abordagem jornalística realizada pelo Jornal Extra na cobertura dos acontecimentos criminosos que marcaram a rotina dos moradores de condomínios do Programa Minha Casa Minha Vida no ano de 2018. O escopo de estudo aqui estabelecido se delimitou em apenas um veículo, notícias reproduzidas no intervalo de um ano e, o mais importante, sob o ponto de vista do jornalista, fatores que, juntos, construíram um cenário de análise sob amostragem e que procurou problematizar as possíveis causas e consequências dessa abordagem.

De configuração laboratorial, ou seja, sem nenhuma forma de exploração feita em campo, esta investigação teve natureza aplicada, definida por Prodanov e Freitas (2013, p. 126) como aquela que procura produzir conhecimentos para aplicação prática dirigidos à solução de problemas específicos.

Quanto à forma de abordagem do problema, esta se encontra no campo qualitativo, vez que foi utilizada como instrumento de análise e observação, e que, segundo os autores:

considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Esta não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. Tal pesquisa é descritiva. Os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 70).

Como apontado no trecho supracitado, a finalidade da pesquisa se demonstra descritiva, o que, conforme os autores, se relaciona à exposição das características de uma determinada população ou fenômeno, demandando técnicas padronizadas de coleta de dados (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 127). Neste caso, a técnica padronizada se deu na abordagem das notícias criminais produzidas pelo Jornal Extra.

Ademais, partindo do trabalho sobre materiais que ainda não haviam recebido tratamento analítico, o percurso metodológico construído foi de viés documental, uma vez que se objetivou a obtenção e o trato de dados resultante de múltiplas reportagens digitais. Nas palavras de Antônio Carlos Gil (2002):

[...] há pesquisas elaboradas com base em documentos, as quais, em função da natureza destes ou dos procedimentos adotados na interpretação dos dados, desenvolvem-se de maneira significativamente diversa. É o caso das pesquisas elaboradas mediante documentos de natureza quantitativa, bem como daquelas que se valem das técnicas de análise de conteúdo. (GIL, 2002, p. 87).

Neste sentido, o principal objetivo desta pesquisa foi observar e descrever um fenômeno sob a ótica do método dedutivo, que, partindo de princípios, leis ou teorias consideradas verdadeiras e indiscutíveis, prediz a ocorrência de casos particulares com base na lógica (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 27). Nesta pesquisa, a utilização deste método justifica-se pela construção de um campo de sentidos que corresponde aos objetivos específicos propostos.

4.3 Da análise

4.3.1 Tipo de pesquisa

Sob a ótica da dedução e de uma pesquisa que visa realizar um levantamento documental de dados e a problematização de seus resultados, a metodologia encontrada para responder os objetivos específicos aqui propostos foi a Análise de Conteúdo. Partindo do princípio da análise de amostras, essa técnica explora a interpretação dos resultados obtidos por meio da inferência e validação de suas provas, além de ser muito utilizada em análises de dados qualitativos, abordagem empregada nos objetos desta pesquisa.

A partir de um olhar histórico-científico, o Fonseca Júnior (2005) relaciona a Análise de Conteúdo como uma herança do positivismo, corrente filosófica iniciada por August Comte na França do século XIX e que valorizava a aplicação das ciências exatas como metodologia de pesquisa de natureza empírica. Desta forma, e apropriando-se dos estudos de Krippendorff (1990), Fonseca Júnior define esta categoria de análise como uma técnica de pesquisa para a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação (KRIPPENDORFF, 1990 apud FONSECA JÚNIOR, 2005, p. 282).

Para o autor, a Análise de Conteúdo está condicionada à três características imutáveis, sendo elas: possuir exclusiva orientação empírica, ou seja, estar vinculada a fatos materiais; a transcendência de suas noções, relacionando, assim, as ideias da mensagem; e o diferencial de ter uma metodologia própria. Em suma, esta técnica de investigação é utilizada para formular, a partir de certos dados, inferências reproduzíveis e válidas que podem se aplicar a seu contexto (KRIPPENDORFF, 1990 apud FONSECA JÚNIOR, 2005, p. 282).

Ainda segundo o autor:

A análise de conteúdo é sistemática porque se baseia num conjunto de procedimentos que se aplicam da mesma forma a todo o conteúdo analisável. É também confiável – ou objetiva – porque permite que diferentes pessoas, aplicando em separado as mesmas categorias à mesma amostra de mensagens, possam chegar às mesmas conclusões (LOZANO, 1994, apud FONSECA JUNIOR, 2005, p. 286).

Caminhando para um lado mais metodológico, cabe trazer aqui as considerações de

Bardin (1977), que define a Análise de Conteúdo como

Um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais sutis em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a ‘discursos’ (conteúdos e continentes) extremamente diversificados. O fator comum dessas técnicas múltiplas e multiplicadas – desde o cálculo de frequências que fornece dados cifrados, até a extração de estruturas traduzíveis em modelos – é uma hermenêutica controlada, baseada na dedução: a inferência. Enquanto esforço de interpretação, a análise de conteúdo oscila entre os dois polos, do rigor da objetividade e da fecundidade da subjetividade. (BARDIN, 1977, p. 9).

Isto posto, a autora divide esta análise em três etapas, sendo elas: a de pré-análise, em que o autor da pesquisa organiza os materiais já coletados, avalia o que está disponível e inicia a construção do corpus da pesquisa, com base na exaustividade, representatividade, homogeneidade e pertinência dos critérios escolhidos; a de exploração do material, em que o autor codifica e categoriza o material a partir das unidades de registro e de contexto, além da enumeração dos critérios validados na etapa anterior; e a de tratamento dos resultados obtidos e interpretação, sendo a etapa em que, finalmente, é realizado o processo de inferência, apoiando-se nos elementos constitutivos do mecanismo clássico da comunicação: por um lado a mensagem — significação, código e o seu suporte ou canal —, e por outro o emissor e o receptor (BARDIN, 1977, p. 133).

4.3.2 *Objeto de análise*

Como destacado anteriormente, os objetos de análise desta pesquisa foram as matérias realizadas em 2018 pelo Jornal Extra, do Grupo Globo, e que citavam o programa Minha Casa Minha Vida como a localização geográfica de algum evento criminoso. O Extra é um jornal fundado em 1998 no Rio de Janeiro pelo O Globo, e que, na época apenas impresso, foi pensado para ser a edição mais popular e acessível do Grupo (INFOGLOBO. [20--]).

De fato, seu sucesso veio a acontecer entre as camadas sociais com menos poder aquisitivo, sendo consumido principalmente pela classe C (57% dos leitores), seguida da classe B (24% dos leitores), das classes D e E (16% dos leitores) e, por fim, classe A (3% dos leitores), segundo o Infoglobo. Destas percentagens, totalizam-se 1.506.000 leitores, através de uma circulação diária de 82.716 exemplares físicos nos dias úteis e sábado, e 168.112 exemplares físicos aos domingos (INFOGLOBO, [20--]).

Também de acordo com o Infoglobo, quanto à faixa etária de seu público, é liderada por aqueles que vão dos 30 aos 49 anos; do total de assinantes, 19% estão entre 30 a 39 anos e também 19% entre 40 e 49 anos. A escolaridade deste público é representada, em sua maioria, por leitores que possuem apenas o Ensino Médio completo (45% do total), seguido daqueles

que possuem apenas o Ensino Fundamental completo (27% do total) e, por fim, aqueles que estão cursando ou concluíram o Ensino Superior (24% do total). Ademais, dentre os jornais em circulação, o Extra é um dos poucos voltados para o sexo feminino (INFOGLOBO, [20--]), sendo 52% de seus leitores do sexo feminino, enquanto 48% do sexo masculino.

Uma vez que o MCMV recebeu devida contextualização no segundo capítulo desta pesquisa, vale aqui ressaltar que 2018 foi o último ano que o programa esteve em vigor, finalizando sua terceira fase, que havia sido renovada em 2016 pelo então Presidente da República Michel Temer. 2018 também foi um período atípico para a mídia por se tratar de um ano de eleições federais, o que, direta ou indiretamente, contribuiu para que notícias sobre políticas públicas se tornassem mais frequentes, seja como propaganda eleitoral ou como críticas a ações tomadas por governos anteriores.

Com o início do governo do Presidente Jair Bolsonaro, em 2019, o programa foi descontinuado e substituído pelo Casa Verde e Amarela, entretanto, os projetos de empreendimentos finalizados ou ao menos iniciados entre 2009 e 2018 ainda levam o nome do MCMV em seus contratos e servem de referência geográfica para acontecimentos como os do aqui estudados.

4.3.3 *Corpus*

Tendo em vista o universo da pesquisa, os critérios para a definição do corpus da análise partiram de uma realidade palpável junto ao seu autor e em concordância com o objetivo estabelecido, delimitando três fatores de inclusão e exclusão dos materiais a serem coletados, sendo eles: 1) notas, notícias e reportagens publicadas pelo Jornal Extra, do Grupo Globo, em todo o ano de 2018; 2) o termo “Minha Casa Minha Vida” deveria ter sido citado durante o texto; e 3) o foco da matéria deveria ser sobre a cobertura de algum evento criminoso (assaltos, homicídios, roubos, furtos, tráfico de drogas, estupros etc) relacionado a um empreendimento do MCMV ou realizado dentro do mesmo.

Com estes fatores definidos, a técnica de seleção destes conteúdos aconteceu por meio de um *clipping* realizado pelo sistema Google Alertas⁵, que permite a pesquisa e adição de alarmes de resultados com base em palavras-chaves, ainda sendo possível adicionar filtros de período, formato do conteúdo (texto, imagem, vídeo etc.), idioma e o site o qual foi publicado. Desta forma, foi utilizado o termo-chave “Minha Casa Minha Vida” como mecanismo principal de busca, e então submetido ao filtro de período de tempo para o ano de 2018 e o de site para o

⁵ Com sítio eletrônico <https://www.google.com.br/alerts>.

endereço eletrônico do Jornal Extra⁶.

Após a coleta dos dados brutos, foi obtido um total de 53 matérias publicadas em 2018 pelo Jornal Extra e que tiveram a citação do termo “Minha Casa Minha Vida”. Entretanto, entre as matérias publicadas havia aquelas que falavam do lançamento de novos empreendimentos, da realização de feirões de venda ou mesmo as em que o termo aparecia irrelevantemente. Assim, todas passaram pelo crivo do autor da pesquisa para que se identificasse quais se relacionavam com alguma forma de ação criminosa, resultando em 17 matérias que cobriam crimes realizados dentro de condomínios do MCMV, o que representa um valor de 32% do primeiro universo de conteúdos, recorte que consistiu no corpus de análise.

4.3.4 Categorias de análise

Para a etapa de análise da amostra coletada, foram definidos cinco critérios de categorização que direcionaram uma leitura crítica de cada umas das 17 matérias, sendo eles: 1) a estrutura textual (nota, notícia, reportagem etc); 2) o crime retratado (assalto, homicídio, tráfico etc); 3) os critérios de noticiabilidade — aqui considerando a localidade como um deles, como visto no capítulo anterior ; 4) a região geográfica do ocorrido; e 5) o contexto em que foi citado o MCMV.

Ademais, relacionando com a metodologia de Análise de Conteúdo proposta por Bardin (1977), outros dois critérios fizeram parte desta etapa para a formulação das comparações entre os materiais obtidos e dar suporte à comprovação da análise, sendo eles a inferência e validação da prova. Somados, estes critérios permitiram uma identificação de quais foram os crimes mais retratados na cobertura, as regiões urbanas em que eles estão presentes, as circunstâncias em que o termo MCMV foi citado e um aprofundamento desta problematização, que será abordada a seguir.

⁶ Com sítio eletrônico <https://extra.globo.com>

5 CASA DA VIOLÊNCIA

5.1 Análise quantitativa do corpus da pesquisa

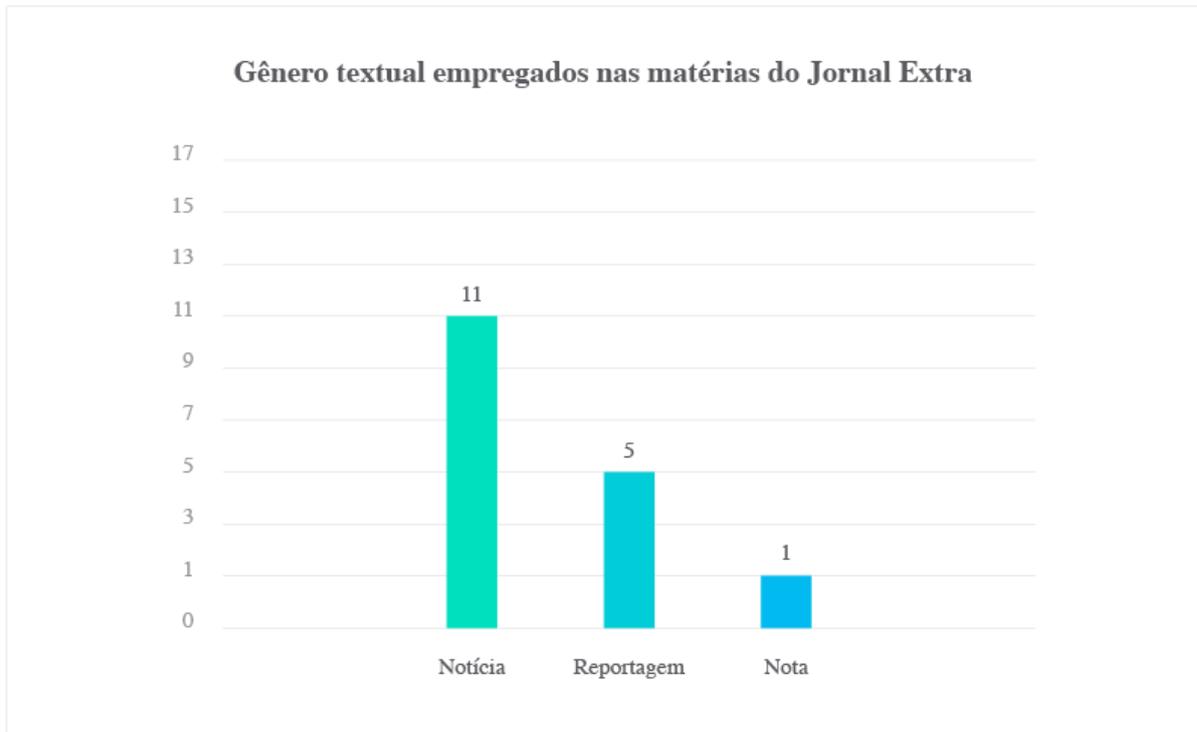
A partir do levantamento quantitativo das matérias publicadas pelo Jornal Extra no ano de 2018 que tratavam da violência dentro de condomínios do programa Minha Casa Minha Vida, foi possível identificar características recorrentes quanto ao aprofundamento dos textos, aos tipos de crimes relatados, aos critérios de noticiabilidade e a região em que se localizavam. Cabe ressaltar que, em tal amostra intencional⁷ do corpus, estas categorias foram escolhidas a fim de localizar um comportamento comum e traçar uma perspectiva do tratamento feito pelos jornalistas.

Quanto ao gênero textual das matérias, o material coletado não extrapolou o que se esperava, variando entre notas, notícias e reportagens. Dentre os 17 textos colhidos e analisados, 64% eram notícias, 29,41% reportagens e 5,88% notas⁸. Cabe ressaltar que, ainda que as reportagens que apareceram na busca ousassem ir além apenas de noticiar o fato, a contextualização e inserção de demais elementos narrativos foi limitada a acontecimentos prévios ou posteriores exclusivamente relacionados ao crime relatado, sem muita problematização.

⁷ Para Prodanov e Freitas (2013), durante o processo de desenvolvimento de uma pesquisa podem haver atividades intencionais dos atores da situação, ainda que isto não se configure como manipulação, já que o pesquisador se dirige intencionalmente a grupos de elementos dos quais deseja saber a opinião (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 99).

⁸ A soma das porcentagens não resulta em 100 devido considerarmos apenas a casa dos decimais após a vírgula para efeito de contagem.

Figura 01— Gráfico das estruturas textuais das matérias do Jornal Extra.

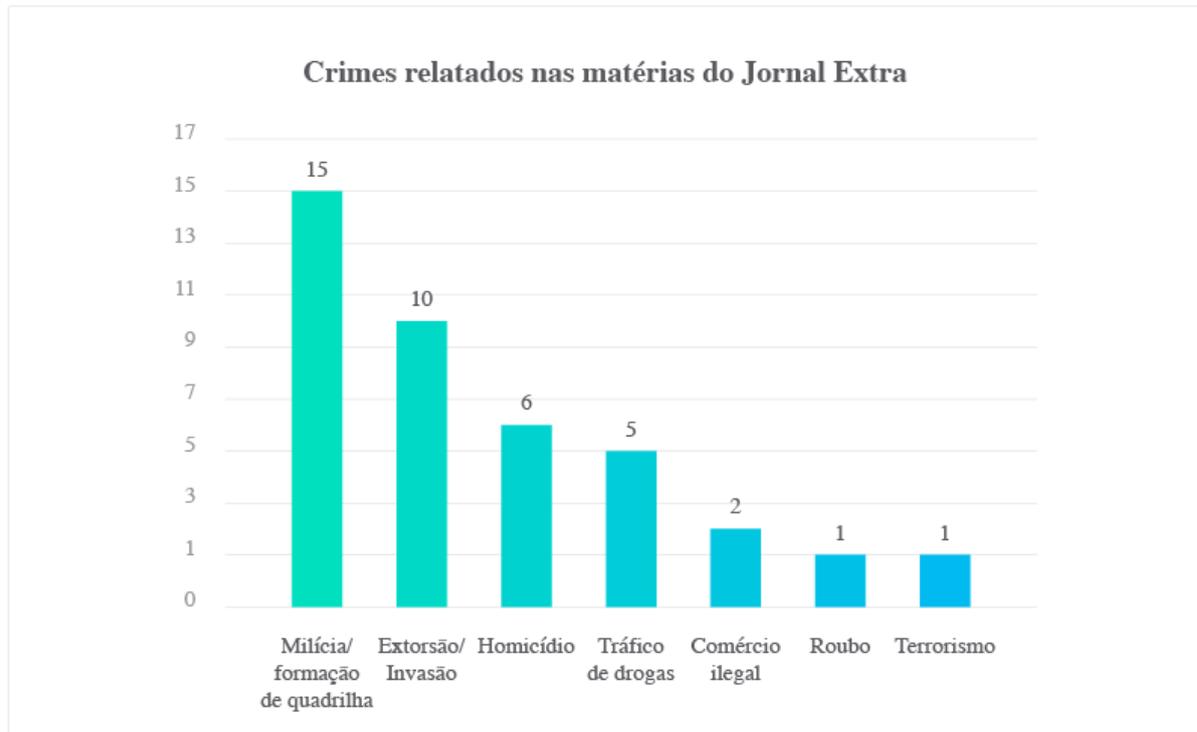


Fonte: O Autor.

Quanto aos tipos de crimes relatados nas matérias, a maior parte delas não se resumia em apenas um deles, mas em vários cometidos em conjunto, geralmente coordenados por um mesmo grupo criminoso. Também houve casos de múltiplas notícias se tratando do mesmo evento, isso devido a um desdobramento do fato. De qualquer forma, para esta análise, cada ocorrência de um crime em uma matéria foi considerada como uma unidade, assim sendo, casos de atuação de milícias ou formação de quadrilhas apareceram em 88,23% delas, de extorsões ou invasões em 58,82%⁹, de homicídios em 35,29%, de tráfico de drogas em 29,41%, de comércio ilegal em 11,76%, de roubo em 5,88% e de terrorismo em também em 5,88%¹⁰.

⁹ Para fins quantitativos, as aparições de crimes envolvendo extorsões e invasões foram contabilizadas em conjunto uma vez que se tratou do mesmo alvo: as próprias moradias do MCMV.

¹⁰ A soma das porcentagens ultrapassa o valor de 100 uma vez que, conforme explicado alhures, foram relatados mais de um crime em uma mesma matéria.

Figura 02 — Gráfico dos crimes cobertos nas matérias do Jornal Extra.

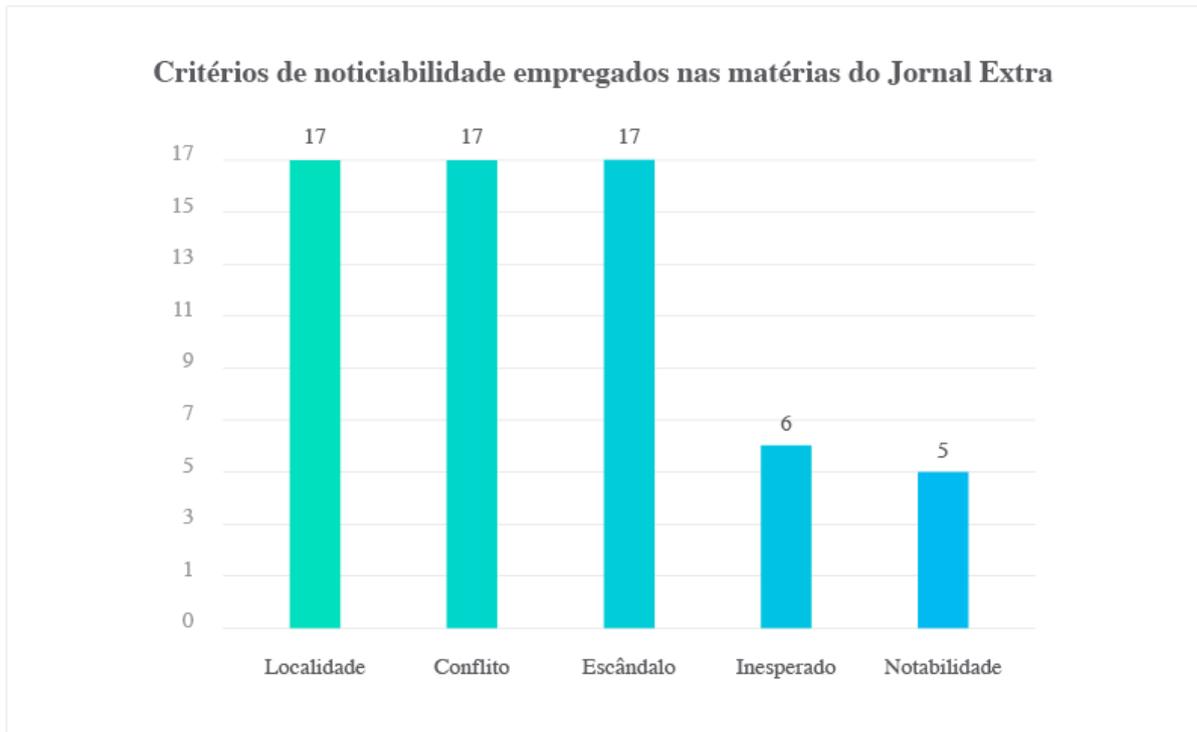
Fonte: O Autor.

Quanto aos critérios de noticiabilidade, empregando aqueles que, segundo Traquina (2005), formam a ciência consensual das relações sociais, se destacaram o emprego de quatro em específico, sendo eles: conflito — quando a pauta envolveu assassinatos, rixas ou golpes fantásticos; escândalo — quando envolveu acontecimentos chocantes ou impressionantes; inesperado — quando envolveu sequestros, acidentes ou catástrofes; e notabilidade — quando envolveu um fato que gerou outras notícias ou desdobramentos.

Além destes, o critério de localidade foi adicionado pelo autor no processo de análise procurando incorporar as Geografias da Comunicação e identificar os casos para quando o local do crime foi levado em consideração na sustentação da matéria. Na análise, mais de um critério foi utilizado para categorizar uma mesma notícia, o que resultou em localidade, conflito e escândalo aparecendo em 100% delas, inesperado em 35,29% e notabilidade em 29,41%¹¹.

¹¹ A soma das porcentagens ultrapassa o valor de 100 uma vez que, conforme explicado alhures, foram categorizados mais de um critério de noticiabilidade em uma mesma matéria.

Figura 03 — Gráfico dos critérios de noticiabilidade das matérias do Jornal Extra.

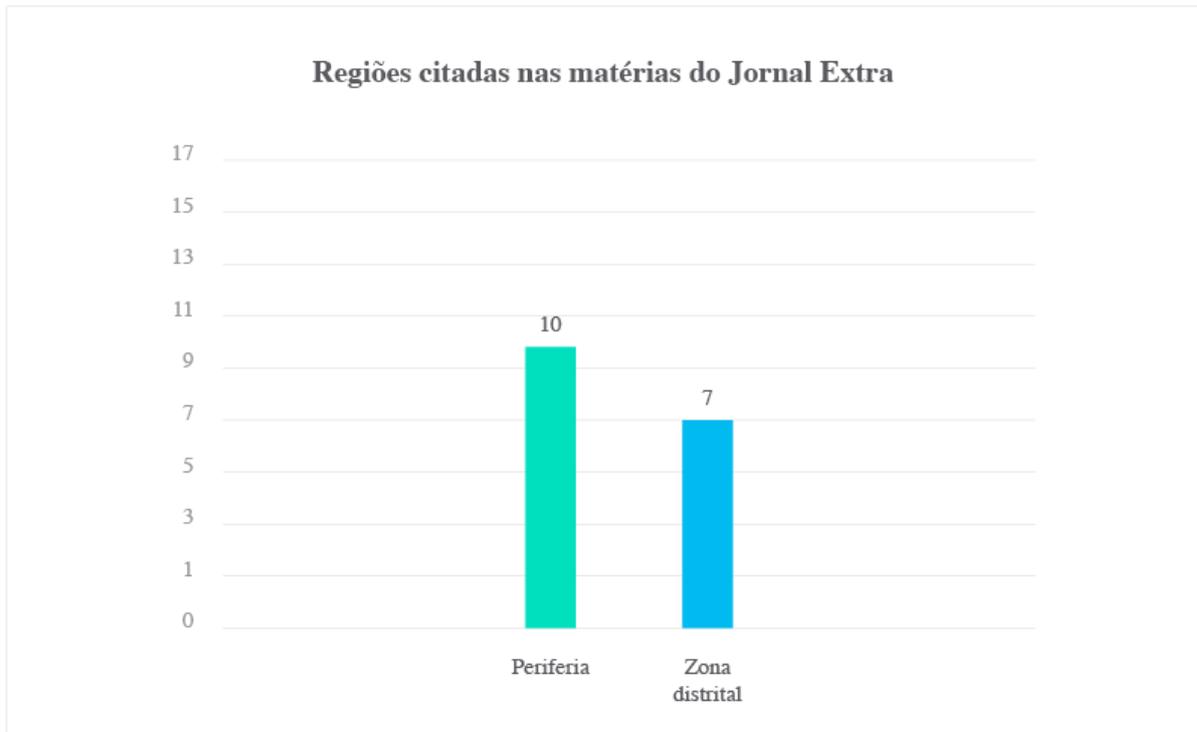


Fonte: O Autor.

Quanto à localidade dos crimes, as matérias se dividiram em apenas duas categorias geográficas, sendo elas os bairros periféricos do Rio de Janeiro ou de sua região metropolitana, representando 58,82% das ocorrências, e a zona distrital, representando 41,17%¹². Não que este não fosse um resultado premeditado pela pesquisa, mas se esperava encontrar também matérias que cobrissem a região central da cidade, o que não veio a ocorrer.

¹² A soma das porcentagens não resulta em 100 devido considerarmos apenas a casa dos decimais após a vírgula para efeito de contagem.

Figura 04 — Gráfico da região geográfica dos crimes nas matérias do Jornal Extra.



Fonte: O Autor.

Por fim, quanto ao contexto em que o MCMV foi citado nas matérias, em 100% delas o termo esteve relacionado ao local do crime ou como alvo dele, nos casos de crimes de extorsão de imóveis, por exemplo. Ainda que a pesquisa tenha procurado identificar o uso do termo como um critério de localização, as notícias já forneciam o nome da cidade, a zona geográfica, o bairro e, em algumas, até o nome do condomínio, de maneira que a informação de que o local era pertencente ao programa MCMV veio desacompanhada de qualquer problematização que explicasse ou justificasse o emprego do termo.

5.2 Reflexos sociais da cobertura criminal

Nesta etapa da análise, por meio das categorias de inferência e validação da prova, procurou-se considerar o tratamento dos dados realizado acima durante uma nova leitura e aprofundamento das matérias. Para isso, e retomando a questão norteadora desta pesquisa, o foco foi detectar uma regularidade entre a cobertura realizada pelo Jornal Extra e observar quais possíveis contribuições para a relação criminalidade-localidade no jornalismo foi proporcionada.

Começaremos ponderando alguns números que chamaram atenção antes mesmo de chegar no corpus da pesquisa. No clipping realizado na etapa de pré-análise, foi encontrado um

total de 53 matérias realizadas em 2018 pela redação do Jornal Extra e que ao menos citaram o termo “Minha Casa Minha Vida”, o que, após submetidas às categorias de inclusão e exclusão, se reduziram em 17 que atendiam aos critérios fixados pela presente pesquisa. Este número, por si só, representa 32% da cobertura desta política pública habitacional em uma única redação, porcentagem que confirma uma estranha falta de problematização para uma sequência de crimes em regiões supostamente construídas para gerar segurança.

Ainda dentro das 53 matérias iniciais, duas despertam curiosidade ao falarem da promessa de segurança nestes condomínios (EXTRA, 2018a; GUARDA..., 2018), entretanto, por não citarem crimes, não entraram no corpus de análise. De qualquer forma, é subentendido uma relação conflituosa que o Jornal Extra possui em cobrir a violência nos empreendimentos do MCMV, quase sendo uma rotina jornalística cobrir o crime nessas regiões.

Contudo, deixando de lado os fatores que não esbarram no corpus da pesquisa, conforme atestado pela análise dos dados quantitativos, o Jornal Extra foca sua produção sobre crimes no formato de notícias, pouco longas em sua maioria e que exploram como fontes apenas agentes oficiais, como a Polícia, a Secretaria de Segurança Pública ou personalidades ligadas à Prefeitura da cidade. Em uma série de cinco notícias que procuraram cobrir a repercussão de uma mesma invasão realizada por uma milícia ao conjunto Rio do Ouro II, em Pavuna, Zona Norte do Rio, em todas elas foram utilizadas a mesma fonte oficial, o comandante do 41º Batalhão de Polícia Militar (Irajá) — o tenente-coronel Maurílio Nunes —, enquanto outras três contaram com a adição de apenas um relato anônimo de um morador.

Neste sentido, o texto sinaliza que o jornal assume uma posição passiva na investigação dos acontecimentos e passa a se comportar como um porta-voz da Polícia, relatando o andamento dos trabalhos do órgão sem qualquer compromisso de instigar a ausência de segurança na região ou como isso afeta a vida dos moradores. Alguns trechos selecionados são apresentados a seguir com a intenção de confirmar esta conduta por parte do jornal.

Na notícia “Traficantes invadem condomínio do 'Minha casa, minha vida' na Zona Norte do Rio”, publicada em 30/05/2018, como se vê na Figura 5, abaixo, aparecem os seguintes trechos: “Na ocasião, a PM foi acionada pelos moradores e, na mesma noite, retirou os invasores dos imóveis com a ajuda do síndico. Nenhuma arma foi apreendida e ninguém foi preso” (SOARES, 2018d, s.p.); “a polícia está no local desde sexta-feira, sempre pedindo reforços quando a multidão de invasores aumenta de número. Até mesmo o carro blindado da PM (caveirão) esteve no local no sábado para uma tentativa de conversa que não aconteceu” (SOARES, 2018d, s.p.); e:

Segundo o comandante do 41º BPM (Irajá), tenente-coronel Maurílio Nunes,

os responsáveis pelas invasões são traficantes da favela da Índia, que integra o Complexo do Chapadão e fica atrás do condomínio. De acordo com o oficial, desde sexta-feira, a PM vem fazendo operações diárias no local para impedir a invasão (SOARES, 2018d, s.p.)

Figura 05 — Captura de tela da matéria “Traficantes invadem condomínio do 'Minha casa, minha vida' na Zona Norte do Rio”.



Fonte: O Autor, com base em Soares (2018d).

Na notícia “Polícia investiga se tráfico pediu imóveis do ‘Minha casa, minha vida’ para acabar com invasão”, publicada em 31/05/2018, conforme se vê na Figura 6, abaixo, aparecem os seguintes trechos: “A Polícia Civil abriu um inquérito para investigar a invasão de traficantes do Complexo do Chapadão ao condomínio Rio do Ouro II, do programa ‘Minha casa, minha vida’, na Pavuna, Zona Norte do Rio” (SOARES, 2018c, s.p.); “Agentes da 39ª DP (Pavuna) investigam se chefes do tráfico na região querem imóveis que ainda não foram vendidos para abrigar parentes” (SOARES, 2018c, s.p.); “Na ocasião, a PM foi acionada pelos moradores e, na mesma noite, retirou os invasores dos imóveis com a ajuda do síndico. Nenhuma arma foi apreendida e ninguém foi preso” (SOARES, 2018c, s.p.); e

Segundo o comandante do 41º BPM (Irajá), tenente-coronel Maurílio Nunes, os responsáveis pelas invasões são traficantes da favela da Índia, que integra o Complexo do Chapadão e fica atrás do condomínio. De acordo com o oficial, desde sexta-feira, a PM vem fazendo operações diárias no local para impedir a invasão (SOARES, 2018c, s.p.).

Figura 06 — Captura de tela da matéria “Polícia investiga se tráfico pediu imóveis do ‘Minha casa, minha vida’ para acabar com invasão”.



Fonte: O Autor, com base em Soares (2018c).

Outro aspecto importante de destacar é quanto à tipicidade dos crimes: na maioria das ocorrências eles aparecem como ações de milícias, seguido por atos de invasão ou extorsão de imóveis, conforme visto na Figura 02. Ambos os casos são cometidos de maneira coletiva, por grupos de criminosos que conhecem a região e atacam recorrentemente um mesmo empreendimento. Indo além, essas milícias são conhecidas tanto pela Polícia quanto pelos moradores, possuem nome, histórico de atuação e as matérias do Jornal Extra ainda reforçam uma imagem de “personalidades do crime” ao se referirem a estes grupos.

Este fenômeno demonstra, mais uma vez, como o crime é normalizado nestas regiões, tratado como rotina, sendo os criminosos apenas “vizinhos” de onde vivem. É um tanto quanto contraditório as forças de segurança possuírem demasiadas informações sobre essas facções, e as fornecerem à população e à mídia, enquanto crimes ainda são cometidos constantemente contra esses empreendimentos. Para ilustrar esta situação, confira abaixo mais alguns trechos retirados de matérias do jornal.

Na notícia “Milícia expulsa moradores e distribui imóveis para comparsas na Zona Oeste do Rio”, publicada em 13/02/2018, conforme se vê na figura 7, abaixo, aparece o seguinte trecho: “Segundo a Draco, quem controla a região é Danilo Dias Lima. Ele foi nomeado por Toni Ângelo, chefe da milícia, que está preso. Com a captura de outros líderes do grupo,

Danilo ganhou prestígio. Atualmente, expandiu seus domínios para a Baixada Fluminense” (SOARES, 2018b, s.p.).

Figura 07 — Captura de tela da matéria “Milícia expulsa moradores e distribui imóveis para comparsas na Zona Oeste do Rio”.



Fonte: O Autor, com base em Soares (2018b).

Na notícia “Operação mira milícia que age em condomínios do 'Minha Casa Minha Vida', em Nova Iguaçu”, publicada em 13/12/2018, como se vê na figura 8, abaixo, aparece o trecho:

O chefe do bando é Leandro Menezes Barboza, conhecido como Batata do Aliança. Ele é ligado à “Liga da Justiça”, a maior milícia do Rio com atuação, principalmente, na Zona Oeste da capital. Leandro é apontado como autor de assassinatos cometidos como forma de demonstração de força e poder (EXTRA, 2018b, s.p.).

Figura 08 — Captura de tela da matéria “Operação mira milícia que age em condomínios do 'Minha Casa Minha Vida', em Nova Iguaçu”.



Fonte: O Autor, com base em Extra (2018b).

Outra característica utilizada na análise e que revela números importantes para a relação de causas e efeitos desta cobertura são os critérios de noticiabilidade identificados pelo autor na leitura das matérias. Retomando a compreensão deste conceito empregado nos estudos de Traquina (2005), é importante ressaltar que o entendimento destes critérios possui natureza de seleção substantiva e levam ao entendimento da sociedade como um consenso.

De maneira que se comprove esta definição de Traquina (2005), é notável que três dos critérios de noticiabilidade utilizados na análise apareceram em todas as matérias: conflito, escândalo e localidade. Essa recorrência de fatores que se repetem em todos os casos revela duas possibilidades: uma marca da política editorial do Jornal Extra em cobrir estes casos ou, aquela que procuramos estudar nesta investigação, uma ausência de interesse da redação em prestar devida atenção em casos similares e problematizá-los. Sendo estes, talvez, alguns dos pontos mais abrangentes desta pesquisa, cabe aqui entender um pouco a reincidência destes mesmos critérios.

O primeiro, o de conflito, foi utilizado na identificação de casos em que envolveram assassinatos, rixas ou golpes fantásticos, e, por mais que seja inferível que matérias envolvendo crimes se enquadrem neste critério por pura natureza, foi levado em consideração se as ações causadas por estes delitos resultaram em danos ou ao menos colocaram em risco a vida dos moradores de condomínios do MCMV.

Uma vez que a segurança é um dos tópicos importantes desta pesquisa, todas as matérias demonstram que foi disposta a falta da garantia deste direito, mesmo quando não houve

homicídios, como é o caso da reportagem “Tráfico treinava roubos de carro em conjunto do ‘Minha casa, minha vida’ de Belford Roxo”, publicada em 10/08/2018, e que denuncia uma “universidade do crime” dentro de um condomínio do programa, que o utilizava para extorsão de imóveis, refinaria de drogas, armazenamento de entorpecentes e armamentos, conflito entre facções, além do treinamento para roubos de carros (MARINATTO, 2018), como se vê na figura 9, abaixo.

Figura 09 — Captura de tela da matéria “Tráfico treinava roubos de carro em conjunto do ‘Minha casa, minha vida’ de Belford Roxo”.



Fonte: O Autor, com base em Marinatto (2018).

O segundo, o de escândalo, foi utilizado na identificação de casos que envolveram acontecimentos chocantes ou impressionantes, e, neste caso, ressalta a ocorrência da instalação de um sentimento de terror entre as vítimas ou envolvidos. Assim, como afirma Traquina (2005), ao falar da indissociabilidade que os critérios de noticiabilidade possuem entre si, este se relaciona ao primeiro pelo pavor que é gerado pelas cenas dos crimes, resultando em uma intimidação sentida pela população e que colabora com o “sucesso” da ação dos criminosos.

Ilustrando de forma clara esta situação, a matéria “Traficantes invadem condomínio do 'Minha casa, minha vida' na Zona Norte do Rio”, publicada em 30/05/2018 e já citada anteriormente nesta análise, relata que, após as recorrentes invasões ao conjunto Rio do Ouro II, com medo, o síndico do local renunciou definitivamente o seu cargo (SOARES, 2018d). Além desta, a matéria “Vizinhos fazem homenagem a jovens mortos em chacina em Maricá”,

publicada em 26/03/2018, relata o caso do homicídio de cinco rapazes em um condomínio do MCMV em Itaipuaçu, distrito de Maricá, cometido por uma milícia da região como forma de demonstração de poder, conforme mostraram as investigações. Entre as fontes ouvidas pela matéria, uma moradora representa o temor vivido pela população após as repercussões do caso: “A gente não consegue dormir. Estou sem reação. Machuca a gente que é mãe. Também ficamos traumatizados com isso. Está todo mundo em choque” (RIBEIRO, 2018), como se vê na figura 10, abaixo.

Figura 10 — Captura de tela da matéria “Vizinhos fazem homenagem a jovens mortos em chacina em Maricá”.



Fonte: O Autor, com base em Ribeiro (2018).

O terceiro e último, o de localidade, foi apropriado dos estudos das Geografias da Comunicação e utilizado na identificação de casos em que o local do crime foi levado em consideração na sustentação da matéria, de forma a enfatizar que, quando se trata de ações cometidas em áreas periféricas, há um esforço em registrar a região geográfica do acontecimento e, invariavelmente, demarcar os estereótipos comportamentais daquele espaço. Ao lado desta definição, torna-se importante trazer aqui que, também em todas as matérias do corpus da pesquisa, a localidade dos crimes foi exposta como sendo em periferias ou na zona distrital do Rio de Janeiro, como demonstrou a análise quantitativa, fator que leva a compreender que a relação criminalidade-localidade não só foi estabelecida como um critério de noticiabilidade, mas quase que como uma regra aplicada exclusivamente em regiões

desfavorecidas socialmente.

Por outro lado, este conceito de refletir sobre a territorialidade e como ela interfere na cobertura jornalística está longe de ser novo, e este não é o ponto a qual queremos chegar com a pesquisa. O uso da localidade como critério justifica-se nesta análise pela falta de interação prática entre a comunicação do fato e a geografia do local, perspectiva que faz as Geografias da Comunicação proporem a problematização da informação. Trazendo de volta os estudos de Aguiar (2013) sobre o tema, a informação circula por “fluxos imateriais” que não podem ser descolados da estrutura física, tecnológica e humana que os suporta e viabiliza e que estão baseados em algum território carregado de relações sociais e culturais (AGUIAR, 2013, p. 33).

Em outras palavras, a ocorrência geográfica em matérias jornalísticas não pode ser lida inocentemente, crendo que ela sirva apenas como uma visualização material e mapeável do fato. Informação e localidade estão intimamente relacionadas por percepções físicas, sociais e midiáticas.

Desta maneira, acontecimento e região devem ser problematizados de forma a contribuir em novos entendimentos do espaço urbano e, neste caso em específico, como as vítimas são afetadas pelos crimes.

De modo a registrar a ausência de problematização em relação a criminalidade-localidade em qualquer uma das 17 matérias colhidas por esta pesquisa, em que o termo “Minha Casa Minha Vida” foi utilizado apenas como localização do acontecimento, destacamos aqui três casos em que parecia ser impossível não fazer esse paralelo, uma vez que os crimes só ocorreram devido ao local em que se encontravam os condomínios que foram alvo.

Na matéria “Traficante que foi solto por engano, ano passado, morre em confronto com a polícia”, publicada em 06/01/2018, é noticiada a disputa entre a Polícia Civil e o chefe do tráfico de São Gonçalo, Rodrigo Jaccoud, que resultou na morte do criminoso. O termo MCMV foi citado para referência geográfica de um de seus inúmeros delitos, em que ele era suspeito de envolvimento na morte do subtenente da Polícia Militar, Cláudio Souza Santos, executado a tiros em um outro confronto realizado no bairro Mundel, em São Gonçalo, por conta de uma ação policial que investigava o implante de pontos de drogas em um conjunto do programa na região (EXTRA, 2018c, s.p.). Vemos isto na figura 11, abaixo:

Figura 11 — Captura de tela da matéria “Traficante que foi solto por engano, ano passado, morre em confronto com a polícia”.



Fonte: O Autor, com base em Extra (2018c).

Outro caso é o da notícia “A mando do tráfico, moradores de favela derrubam muro e portão de conjunto do ‘Minha casa, minha vida’”, publicada em 02/06/2018, que relata a repercussão das constantes invasões sofridas pelos moradores do condomínio Rio do Ouro II, em Pavuna, Zona Norte do Rio de Janeiro, e que foram ordenadas por chefes do tráfico do Complexo do Chapadão. Na ocasião, um dos criminosos disparou um tiro do alto da favela e atingiu a janela de um dos apartamentos do empreendimento (SOARES, 2018a).

Na matéria, os condôminos contam à equipe do Jornal Extra que já alertavam a falta de segurança do local à Prefeitura da cidade antes mesmo do ocorrido, conforme mostra o seguinte trecho da reportagem, ilustrado na figura 12, abaixo:

O condomínio foi construído com dinheiro público. É obrigação do estado zelar pelo empreendimento. O estado está sob intervenção federal. Por que as Forças Armadas não ocupam o local? Achamos que iríamos viver com dignidade. Até agora, a casa própria só nos trouxe preocupação (SOARES, 2018a, s.p.).

Figura 12 — Captura de tela da matéria “A mando do tráfico, moradores de favela derrubam muro e portão de conjunto do ‘Minha casa, minha vida’”.



Fonte: O Autor, com base em Soares (2018a).

Por fim, na reportagem “Cinco jovens são mortos em condomínio do 'Minha Casa, Minha Vida' em Maricá”, publicada em 25/03/2018, foi a primeira de uma série que acompanhou o desenrolar das investigações da chacina ocorrida em um condomínio do programa em Itaipuaçu, distrito de Maricá. Nesta, moradores também contam ao Jornal Extra o crescente índice de criminalidade que o local vinha passando justamente pelo estigma que o levava, e o termo MCMV foi citado neste contexto de estereótipo sem nenhum aprofundamento do impacto que causa na vida de quem por ali morava (CINCO..., 2018). Ilustra-se isto neste excerto da reportagem e na figura 13, abaixo:

O condomínio está abandonado. Quando a gente veio para cá, a prefeitura falou que não ia abandonar a gente. Mas ninguém gosta da gente aqui, falam que colocaram uma favela em Itaipuaçu e espalham mentiras. Dizem que tem tráfico, mas pode perguntar a qualquer funcionário da Prefeitura: não tem (CINCO..., 2018, s.p.).

Figura 13 — Captura de tela da matéria “Cinco jovens são mortos em condomínio do 'Minha Casa, Minha Vida' em Maricá”.

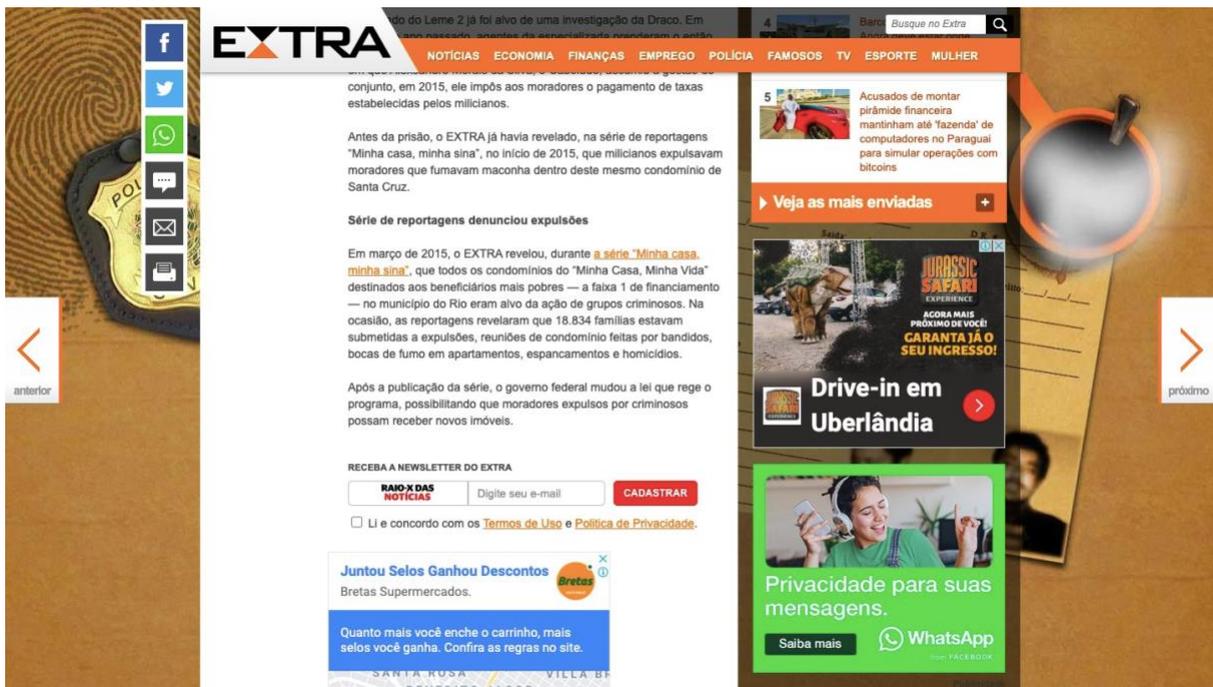


Fonte: O Autor, com base em Cinco... (2018).

Até este ponto da análise, é possível perceber que as matérias tiveram um olhar passivo para os casos criminosos relatados, limitadas em um noticiamento raso e que não se dispunha em contribuir para um diálogo entre os poderes e forças de segurança pública com a população, não entendendo que o direito à moradia digna e à segurança devem andar lado a lado. Entretanto, um detalhe encontrado em algumas das notícias do corpus desta pesquisa mudou a percepção do que se planejava analisar — a ausência de problematização da relação criminalidade-localidade — e colocou em xeque um outro ponto de vista sobre os jornalistas que escreveram essas matérias.

Em três das 17 matérias, foi encontrado um trecho ao final de toda a notícia que falava que, em março de 2015, o Jornal Extra fez uma série especial de conteúdos chamada “Minha casa, minha sina”, que investigou crimes realizados em condomínios do MCMV no município do Rio de Janeiro destinados aos beneficiários mais pobres — a faixa 1 de financiamento. Ainda de acordo com este trecho, foi revelado que todos os empreendimentos desta faixa foram alvo da ação de grupos criminosos, submetendo 18.834 famílias a expulsões, reuniões de condomínio feitas por bandidos, bocas de fumo em apartamentos, interferência do tráfico no sorteio de moradores, espancamentos e homicídios (SOARES, 2018b). Confira na figura 14, abaixo, o trecho na íntegra presente em uma das matérias.

Figura 14 — Captura de tela de trecho da matéria “Milícia expulsa moradores e distribui imóveis para comparsas na Zona Oeste do Rio”.



Fonte: O Autor, com base em Soares (2018b).

Este fato traz luz a algumas respostas, como também gera outras dúvidas. Sabendo disso, é possível afirmar que, em algum momento, houve uma problematização por parte da redação do Jornal Extra sobre a relação dos crimes e suas localidades quando se tratava daqueles cometidos dentro de condomínios do MCMV. Indo além, essa problematização norteou uma investigação que revelou que a totalidade dos empreendimentos de uma faixa do programa foram alvo da criminalidade de milícias.

Contudo, esta informação não deslegitima o objeto da presente pesquisa, vez que o que se procurou analisar aqui foram aquelas matérias publicadas no ano de 2018, e que, de fato, se mostraram ausentes do mesmo crivo de aprofundamento quando falamos de criminalidade-localidade. E é pensando nisso que surge um questionamento: se um dia existiu essa problematização dos casos de crimes em regiões de MCMV, por que não perdurou ao menos até 2018?

Ao que parece, a série “Minha casa, minha sina” foi um momento isolado de comportamento do Jornal Extra frente a estes casos, revelando uma preocupação e disposição pontual em contribuir para o debate do direito à moradia *versus* direito à segurança no jornalismo, mas que não durou o suficiente para fazer mudanças significativas em sua política editorial.

Uma vez que matérias do ano de 2015 não fizeram parte do corpus de análise desta pesquisa, não foi realizada uma comparação entre o conteúdo de ambos os anos neste trabalho. Todavia, de forma a fazer jus a esta informação, o autor entrou em contato por e-mail com a redação da editoria “Casos de Polícia” do Jornal Extra no dia 15/09/2021, se apresentando, dizendo o propósito da pesquisa, relatando os pontos levantados nesta análise e direcionando três questionamentos para a equipe do jornal de forma que suas respostas pudessem contribuir para as discussões deste capítulo.

Estes questionamentos foram: 1) O que explica a ausência de problematização por parte dos jornalistas do Jornal Extra em relacionar nas matérias os crimes realizados em condomínios do Minha Casa Minha Vida com suas localidades?; 2) Sabendo que este trabalho de investigação e pressão ao poder público sobre os crimes de natureza similar foi feito em 2015, por que o mesmo trabalho não foi continuado entre 2015 para 2018?; e 3) Inúmeras matérias cobrindo crimes de configuração de local semelhante em um intervalo de tempo grande como este não ensejaria um tratamento específico e, até mesmo, uma mudança na política editorial do veículo?

Até o encerramento e entrega desta monografia, a redação do Extra não retornou o contato realizado por e-mail, o que interpretamos como mais uma omissão do jornal frente a estes casos analisados na pesquisa.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta pesquisa, procurou-se investigar uma situação específica nos textos acerca da cobertura de crimes em regiões em que existiam conjuntos habitacionais populares e, para isso, foi necessário apresentar e discutir brevemente diversos conceitos e campos de estudos que esbarram na questão, como as políticas públicas, o MCMV, o Direito à Cidade, o jornalismo na atualidade, os critérios de noticiabilidade, as Geografias da Comunicação, dentre outros. Com isso, é possível destacar que esta pesquisa se coloca como uma primeira etapa de estudos acerca da temática, entretanto, deixa aqui uma contribuição no constante aperfeiçoamento que o estado da arte se encontra.

Buscamos, neste percurso, refletir sobre o papel do jornalismo como uma ferramenta de auxílio no combate das desigualdades sociais, que podem ter reflexo no espaço e nas políticas urbanas de inclusão social. O programa habitacional Minha Casa Minha Vida, resumido pela mídia como uma “periferia violenta” (como se buscou demonstrar neste trabalho), foi e é alvo de interesses subjacentes que afetam a vida de milhares de famílias — percepção que não só mostra o constante perigo que se encontra essa população, mas também as condições de acesso à direitos sociais básicos, o impedimento de um usufruto justo do solo urbano e uma evidente segregação socioespacial.

Adotado como ponto de partida para quando esta pesquisa ainda se encontrava muito no início, quiçá em abstração, o Direito à Cidade, na acepção de Souza (2016), não se resume em uma garantia de infraestrutura, mobilidade, habitação e serviços urbanos, mas à uma verdadeira promoção de cidadania e apropriação social do espaço. Ao analisar as matérias publicadas pelo Jornal Extra em 2018, foi possível constatar que os veículos de informação fazem parte de uma rede de fragmentos segregatícios da territorialidade urbana, reflexo de um processo de produção e reprodução do espaço urbano capitalista, onde são valorizados apenas os interesses do capital imobiliário e os indivíduos são tratados como moeda de troca.

Apesar de ter se descoberto que contestações sobre as condições de segurança em que se encontravam estes empreendimentos foram feitas em matérias do Jornal Extra em 2015, observou-se que isso nada caracterizou uma mudança na política editorial do mesmo, tendo eventualmente retornado à construção de uma comunicação rasa, ausente de problematizações e sem comprometimento de intervenção em uma situação de injustiça social. Desta forma, infere-se que esta conduta colabora na consolidação um jornalismo apático e que não oferece a oportunidade para que populações de baixa renda possam lutar pela ocupação de áreas bem localizadas, com melhores infraestruturas e, principalmente, mais seguras.

Portanto, este trabalho evidenciou que o controle social do processo de valorização da terra urbana é dependente do tripé governo, mídia e população, que devem trabalhar em harmonia para a garantia de uma cidade mais justa, inclusiva e segura. Para que esta discussão seja cada vez mais empregue nas redações dos jornais, é nosso papel a difusão de um consumo mais consciente das informações, no sentido de modificar a realidade de exclusão urbana e repensar a elaboração de políticas habitacionais, promovendo ambientes dignos e adequados à vida com bem-estar social.

REFERÊNCIAS

- ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Edição 2021. São Paulo: [s.n.], 2021. 380 p. Disponível em <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/07/anuario-2021-completo-v6-bx.pdf>. Acesso em 22 set. 2021
- AGUIAR, S. Geografias da comunicação contemporânea: um mapa teórico e empírico do campo. **Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 1, no 21, ano 11, p. 31-37, 2013 (Dossiê Geografias da Comunicação). Disponível em <http://www.e-publicacoes.uerj.br/ojs/index.php/contemporanea/article/view/6960/5097>. Acesso em 15 ago. 2021.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- CINCO jovens são mortos em condomínio do 'Minha Casa, Minha Vida' em Maricá. **Extra**, Rio de Janeiro, 25 mar. 2018. Casos de Polícia, s.p. Disponível em <https://extra.globo.com/casos-de-policia/cinco-jovens-sao-mortos-em-condominio-do-minha-casa-minha-vida-em-marica-22524885.html>. Acesso em 14 set. 2021.
- EXTRA. Caixa lança seguro habitacional para o 'Minha casa, minha vida'. **O Extra**, Rio de Janeiro, 22 ago. 2018a. Economia, s.p. Disponível em <https://extra.globo.com/economia/caixa-lanca-seguro-habitacional-para-minha-casa-minha-vida-23001718.html>. Acesso em 25 ago. 2021.
- EXTRA. Operação mira milícia que age em condomínios do 'Minha Casa Minha Vida', em Nova Iguaçu. **Extra**, Rio de Janeiro, 13 dez. 2018b. Casos de Polícia, s.p. Disponível em <https://extra.globo.com/casos-de-policia/operacao-mira-milicia-que-age-em-condominios-do-minha-casa-minha-vida-em-nova-iguacu-23302041.html>. Acesso em 14 set. 2021.
- EXTRA. Traficante que foi solto por engano, ano passado, morre em confronto com a polícia. **Extra**, Rio de Janeiro, 06 jan. 2018c. Casos de Polícia, s.p. Disponível em <https://extra.globo.com/casos-de-policia/traficante-que-foi-solto-por-engano-ano-passado-morre-em-confronto-com-policia-22262304.html>. Acesso em 14 set. 2021.
- FONSECA JÚNIOR, W. C. Análise do conteúdo. In: DUARTE, J; BARROS, A. **Métodos e técnicas de Pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005. p. 280-315.
- FRANCISCATO, C. E. **A atualidade no jornalismo**: bases para sua delimitação teórica. 2003. 336 f. Tese (Doutorado) — Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003. Disponível em <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/6056/1/Carlos-Eduardo-Franciscato.pdf>. Acesso em 01 ago. 2021.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GUARDA Municipal de São Gonçalo ganha sede em conjunto habitacional. **O Extra**, Rio de Janeiro, 21 abr. 2018. Notícias, s.p. Disponível em <https://extra.globo.com/noticias/rio/guarda-municipal-de-sao-goncalo-ganha-sede-em-conjunto-habitacional-22617722.html>. Acesso em 25 ago. 2021.
- INFOGLOBO. **Sobre a Infoglobo**. [20--]. Disponível em <https://www.infoglobo.com.br/Anuncie/institucional.aspx> Acesso em 25 ago. 2021.

- MARINATTO, L. Tráfico treinava roubos de carro em conjunto do ‘Minha casa, minha vida’ de Belford Roxo. **Extra**, Rio de Janeiro, 10 ago. 2018. Casos de Polícia, s.p. Disponível em <https://extra.globo.com/casos-de-policia/trafico-treinava-roubos-de-carro-em-conjunto-do-minha-casa-minha-vida-de-belford-roxo-22969064.html>. Acesso em 14 set. 2021.
- MELO, J. M. Prefácio. In: MOREIRA, S. V. (org.). **Geografias da Comunicação: espaço de observação de mídias e de culturas**. São Paulo: INTERCOM, 2012. Coleção Grupos de Pesquisa, Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares de Comunicação, v. 3.
- NASCIMENTO NETO, P; MOREIRA, T. A; SCHUSSEL, Z. Conceitos divergentes para políticas convergentes: descompassos entre a Política Nacional de Habitação e o Programa Minha Casa, Minha Vida. **Revista Brasileira Estudos Urbanos e Regionais**, [s.l.], v. 14, n. 1, p. 85-98, maio 2012.
- PRODANOV, C. C; FREITAS, E. C. **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. Novo Hamburgo: Universidade Feevale, 2013.
- RAMOS, S; PAIVA, A (org.). **Mídia e violência: novas tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil**. Rio de Janeiro. IUPERJ, 2007.
- RIBEIRO, G. Vizinhos fazem homenagem a jovens mortos em chacina em Maricá. **Extra**, Rio de Janeiro, 26 mar. 2018. Casos de Polícia, s.p. Disponível em <https://extra.globo.com/casos-de-policia/vizinhos-fazem-homenagem-jovens-mortos-em-chacina-em-marica-22527032.html>. Acesso em 18 jul. 2021.
- ROLNIK, R; NAKANO, K. As armadilhas do pacote habitacional. **Le Monde Diplomatique**, Brasil, 5 mar. 2009. Moradia Popular, s.p. Disponível em <https://diplomatique.org.br/armadilhas-do-pacote-habitacional/>. Acesso em 18 jul. 2021.
- SARAIVA, F. M; CARVALHO, F. F. O. Políticas Sociais no Brasil Contemporâneo, reforma do Estado e subordinação das políticas sociais à política econômica. In: GANEV, E; SARAIVA, F. M; VIEIRA, S. V. (org.). **Políticas Sociais: percursos e desafios interdisciplinares**. São Paulo: Terracota, 2012. p. 31-52.
- SECCHI, L. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2014. 168 p.
- SILVA, G. Para pensar critérios de noticiabilidade. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, vol. 2, n. 1, p. 95-107, 2005.
- SOARES, R. A mando do tráfico, moradores de favela derrubam muro e portão de conjunto do ‘Minha casa, minha vida’. **Extra**, Rio de Janeiro, 02 jun. 2018a. Casos de Polícia, s.p. Disponível em <https://extra.globo.com/casos-de-policia/a-mando-do-trafico-moradores-de-favela-derrubam-muro-portao-de-conjunto-do-minha-casa-minha-vida-22739927.html>. Acesso em 14 set. 2021.
- SOARES, R. Milícia expulsa moradores e distribui imóveis para comparsas na Zona Oeste do Rio. **Extra**, Rio de Janeiro, 13 fev. 2018b. Casos de Polícia, s.p. Disponível em <https://extra.globo.com/casos-de-policia/milicia-expulsa-moradores-distribui-imoveis-para-comparsas-na-zona-oeste-do-rio-22394351.html>. Acesso em 14 set. 2021.

SOARES, R. Polícia investiga se tráfico pediu imóveis do 'Minha casa, minha vida' para acabar com invasão. **Extra**, Rio de Janeiro, 31 maio 2018c. Casos de Polícia, s.p. Disponível em <https://extra.globo.com/casos-de-policia/policia-investiga-se-traffic-pediu-imoveis-do-minha-casa-minha-vida-para-acabar-com-invasao-22734610.html>. Acesso em 14 set. 2021.

SOARES, R. Traficantes invadem condomínio do 'Minha casa, minha vida' na Zona Norte do Rio. **Extra**, Rio de Janeiro, 30 maio 2018d. Casos de Polícia, s.p. Disponível em <https://extra.globo.com/casos-de-policia/traficantes-invadem-condominio-do-minha-casa-minha-vida-na-zona-norte-do-rio-22730845.html>. Acesso em 14 set. 2021.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 18, p. 20- 44, jul/dez 2006. Disponível em <https://www.scielo.br/j/soc/a/6YsWyBWZSdFgfSqDVQhc4jm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 12 jul. 2021.

SOUZA, E. L. **A periferização dos empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida e suas consequências na dinâmica socioespacial e na mobilidade urbana da área conurbada de Florianópolis**. 2016. 199 f. Dissertação (Pós-Graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade) — Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

SOUZA FILHO, L. S. **O direito fundamental à moradia digna e a política pública habitacional no Brasil**. 7 fev. 2019. Disponível em <https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/11046/O-direito-fundamental-a-moradia-digna-e-a-politica-publica-habitacional-no-Brasil>. Acesso em 18 jul. 2021.

TRAQUINA, N. **Teorias do Jornalismo: a tribo jornalística — Uma comunidade interpretativa transnacional**. Florianópolis: Insular Livros, 2005. Coleção Teorias do Jornalismo, v. 2.

APÊNDICE A — TABELA DO CORPUS DE PESQUISA DO JORNAL EXTRA

Título	Estrutura textual	Tipo de crime	Crítérios de noticiabilidade	Região geográfica	Contexto do MCMV
Traficante que foi solto por engano, ano passado, morre em confronto com a polícia	Notícia	Homicídio, tráfico de drogas e extorsão	Conflito, escândalo, inesperado e localidade	Zona distrital (Jaconé, bairro limite entre os distritos de Saquarema e Maricá)	Motivo/local dos crimes
Milícia expulsa moradores e distribui imóveis para comparsas na Zona Oeste do Rio	Notícia	Extorsão e milícia	Conflito, escândalo e localidade	Periferia (Santa Cruz, bairro do Rio mais distante da região central)	Motivo/local dos crimes
Cinco jovens são mortos em condomínio do 'Minha Casa, Minha Vida' em Maricá	Reportagem	Homicídio e milícia	Conflito, escândalo, inesperado e localidade	Zona distrital (Itaipuaçu, distrito de Maricá)	Local do crime
Vizinhos fazem homenagem a jovens mortos em chacina em Maricá	Notícia	Homicídio e milícia	Conflito, escândalo, notabilidade e localidade	Zona distrital (Itaipuaçu, distrito de Maricá)	Local do crime
Tiros que mataram jovens em Maricá partiram da mesma arma, diz delegada	Notícia	Homicídio e milícia	Conflito, escândalo, notabilidade e localidade	Zona distrital (Itaipuaçu, distrito de Maricá)	Local do crime
Polícia prende suspeitos de chacina em condomínio do Minha Casa, em Maricá (RJ)	Reportagem	Homicídio e milícia	Conflito, escândalo, notabilidade e localidade	Zona distrital (Itaipuaçu, distrito de Maricá)	Local do crime
Traficantes invadem condomínio do 'Minha casa, minha vida' na Zona Norte do Rio	Notícia	Invasão e milícia	Conflito, escândalo e localidade	Periferia (Pavuna, bairro da Zona Norte do Rio)	Local/alvo do crime

Título	Estrutura textual	Tipo de crime	Crítérios de noticiabilidade	Região geográfica	Contexto do MCMV
Polícia investiga se tráfico pediu imóveis do 'Minha casa, minha vida' para acabar com invasão	Notícia	Invasão e milícia	Conflito, escândalo, notabilidade e localidade	Periferia (Pavuna, bairro da Zona Norte do Rio)	Local/alvo do crime
A mando do tráfico, moradores de favela derrubam muro e portão de conjunto do 'Minha casa, minha vida'	Notícia	Invasão e milícia	Conflito, escândalo, notabilidade e localidade	Periferia (Pavuna, bairro da Zona Norte do Rio)	Local/alvo do crime
Moradores de condomínio invadido se negaram a pagar taxas do tráfico	Reportagem	Invasão e milícia	Conflito, escândalo, notabilidade e localidade	Periferia (Pavuna, bairro da Zona Norte do Rio)	Local/alvo do crime
Justiça condena traficantes que montaram boca de fumo em conjunto do 'Minha casa, minha vida' no Rio	Notícia	Formação de quadrilha e tráfico de drogas	Conflito, escândalo e localidade	Zona distrital (distrito de São Gonçalo)	Local/alvo do crime
Milícia que atua em Itaguaí é 'franquia' da organização criminosa de Ecko, diz delegado	Reportagem	Milícia, extorsão e terrorismo	Conflito, escândalo, inesperado e localidade	Periferia (Itaguaí, região metropolitana do Rio)	Motivo/local dos crimes
Tráfico treinava roubos de carro em conjunto do 'Minha casa, minha vida' de Belford Roxo	Reportagem	Milícia, extorsão, roubo e tráfico de drogas	Conflito, escândalo, inesperado e localidade	Periferia (Belford Roxo, região metropolitana do Rio)	Motivo/local dos crimes
Traficantes patrulham ruas em condomínio fechado com barricadas na Zona Norte	Notícia	Milícia e tráfico de drogas	Conflito, escândalo e localidade	Periferia (Pavuna, bairro da Zona Norte do Rio)	Motivo/local dos crimes

Título	Estrutura textual	Tipo de crime	Crítérios de noticiabilidade	Região geográfica	Contexto do MCMV
MPRJ e Polícia Civil fazem operação contra milícia em Maricá e São Gonçalo	Notícia	Milícia, extorsão, comércio ilegal e homicídio	Conflito, escândalo, inesperado e localidade	Zona distrital (distritos de Maricá e São Gonçalo)	Motivo/local dos crimes
Polícia encontra refinaria de drogas em condomínio do 'Minha Casa, Minha Vida' no interior do Rio	Nota	Tráfico de drogas	Conflito, escândalo e localidade	Periferia (favela do Ingá, em Volta Redonda, interior do Rio)	Local do crime
Operação mira milícia que age em condomínios do 'Minha Casa Minha Vida', em Nova Iguaçu	Notícia	Milícia, extorsão e comércio ilegal	Conflito, escândalo e localidade	Periferia (Nova Iguaçu, região metropolitana do Rio)	Motivo/local dos crimes